

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                      | Epigrafe                    | Ementa                                                                   | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G       | LEI N. 5.768, DE            | ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE       | RINDE DO     |
|                | ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR AR       | DECRETO N. 1.459, DE        | APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN          | SAM.         |
|                | ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N      | ADLNº 4.827/2               | ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 AL AGOAS - LEI Nº 7.372/2 | ALAGOAS,     |
|                | ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O C | LEI N. 12.063, DE           | ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II, A QUE ESTABELECE | DE COMISSÃO  |
|                | ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO       | EMENDA CONSTITUCIONAL       | ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1        | ABELECE      |
|                | ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD    | LEI N. 8.146, DE 19.8.2019  | ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO    | ACÇÃO DO     |
|                | ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO       | EMENDA CONSTITUCIONAL       | ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUTORIZAR A         | SEAC PRO     |
|                | ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º        | LEI N. 10.026, DE           | ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682, DE 14.10.2025 -   | RIAÇÃO DO    |
|                | ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE          | DECRETO N. 1.787, DE        | ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382, DE 11 DE MAIO DE 2000,   | E A ACUMU    |
|                | ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES           | LEI N. 8.376, DE            | DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊN            | ÇÕES QU      |
|                | ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CAN         | DECRETO N. 40.183, DE       | DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO          | UI O COM     |
|                | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV        | DECRETO N. 37.609, DE       | DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINI          | DO PODER     |
|                | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV        | DECRETO N. 37.978, DE       | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609, DE 1º DE JANEIRO DE 2015, QUE DI    | NIZAÇÃO,     |
|                | ALIENACÃO DE RECURSOS                        | LEI N. 6.159, DE 15.6.2000  | AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA, PERTENCENTES AO ES          | E DÁ OUT     |
|                | ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENO       | LEI N. 8.580, DE 19.1.2022  | ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPE          | INÁNDIAS     |
|                | ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB       | LEI N. 15.175, DE 23.7.2025 | ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE          | IA DE EMP    |
|                | ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB       | LEI N. 7.855, DE            | ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, ATUALIZA OS VALORES E        | E DE SE NV   |
|                | ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIV       | LEI N. 7.930, DE 4.10.2017  | ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346,       | DE, DO B     |
|                | ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA         | DECRETO N. 4.221, DE        | ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MI        | ANHIA DE     |
|                | ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DE         | LEI N. 8.641, DE 28.3.2022  | ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E        | - PC/AL, E   |
|                | ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998   | LEI N. 8.528, DE            | ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAGAMENTO     | PRECISUÁ     |
|                | ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 202  | LEI N. 8.605, DE 22.2.2022  | ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D   | KA DESSE     |
|                | ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE         | LEI                         | ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07.08.2017, PARA PERMITIR A PE      | ADÓSBEN      |
|                | ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D     | LEI COMPLEMEN               | ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVENBRO DE 1996, A LEI CO     | DE 26 DE     |
|                | ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D     | LEI COMPLEMEN               | ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVENBRO DE 1996 E A LEI CO    | 4, DE 26 D   |
|                | ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 D     | LEI COMPLEMEN               | ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISP      | A GESTOR     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                                                                                      | Epigrafe                    | Ementa                                                                                                                                       | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM MATÉRIA DE | LEI Nº 6.952, DE 7.4.2022   | ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM MATÉRIA DE | DEMANSC      |
|                | ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A N                                                                          | LEI N. 9.155, DE 19.1.2024  | ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A N                                                                          | ERÍCIA OF    |
|                | ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O                                                                        | LEI Nº 9.690, DE 11.4.2013  | ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O                                                                        | CUDVADN      |
|                | ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O                                                                        | LEI Nº 9.690, DE 11.4.2013  | ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O                                                                        | CUDVADN      |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | LEI N. 7.469, DE 11.4.2013  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | OS E AS C    |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SO                                                                        | LEI Nº 8.481, DE 2.12.2023  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SO                                                                        | SEPRODS      |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE                                                                         | LEI N. 8.991, DE 2.12.2023  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE                                                                         | EQUESTAS     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984                                                                                     | LEI N. 8.409, DE 3.5.2021   | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984                                                                                     |              |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 - DISPÕE SOBRE O                                                                        | LEI Nº 9.381, DE 7.6.2022   | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 - DISPÕE SOBRE O                                                                        | ICIAIS MIL   |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE                                                                       | LEI N. 8.677, DE 7.6.2022   | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE                                                                       | STADOCIALS   |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SO                                                                         | LEI N. 9.475, DE 6.7.2023   | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SO                                                                         | DEICAND      |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, PASSA A VIG                                                                         | LEI N. 8.884, DE 6.7.2023   | O ART. 11 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004 PASSA A VIG                                                                      | NTE REDA     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | LEI Nº 9.392, DE 4.12.2019  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | QAS DA A     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | LEI N. 8.209, DE 4.12.2019  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | QAS DA A     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | LEI N. 7.599, DE 3.4.2014   | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | QAS DA A     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                          | LEI N. 8.785, DE 14.3.2024  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                          | AÇÃOISTO     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | LEI N. 9.173, DE 31.3.2022  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE                                                                         | ADADEFOM     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE "INSTITUI O                                                                      | LEI N. 8.645, DE 31.3.2022  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE "INSTITUI O                                                                      | DEGASZA      |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SO                                                                        | LEI N. 8.741, DE 2.8.2022   | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SO                                                                        | SEPRODS      |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE                                                                          | LEI N. 8.506, DE 27.9.2021  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE                                                                          | COFPOGR      |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA                                                                        | LEI N. 7.952, DE 25.5.2017  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA                                                                        | O ESTADO     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE                                                                         | LEI N. 8.385, DE 23.2.2021  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE                                                                         | ROISERMO     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE                                                                         | LEI N. 8.784, DE 11.4.2013  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE                                                                         | ROISERMO     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI                                                                       | LEI Nº 8.321, DE 29.05.2019 | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI                                                                       | BECAÇÃO      |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O                                                                       |                             | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O                                                                       | ÇA ALAGO     |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113, DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE                                                                      |                             | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113, DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE                                                                      | PAROINDA     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                     | Epigrafe                    | Ementa                                                                      | Link Externo |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO        | LEI N. 8.560, DE 20.1.2023  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO        |              |
|                | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE      | LEI N. 9.979, DE 2.07.2026  | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE      |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL) PARA TORNAR EXIGÍVE     | LEI N. 14.405, DE 11.7.2022 | ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL) PARA TORNAR EXIGÍVE     |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕ        | LEI N. 14.356, DE 31.5.2022 | ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕ        |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA       | LEI N. 14.163, DE 9.6.2021  | ALTERA A LEI Nº 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA       |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA D | LEI N. 14.331, DE 4.5.2022  | ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA D |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC       | LEI N. 14.259, DE 7.12.2021 | ALTERA A LEI Nº 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC       |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) PARA ASSE       | LEI N. 14.326, DE 12.4.2022 | ALTERA A LEI Nº 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) PARA ASSE       |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC       | LEI N. 14.548, DE 13.4.2023 | ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC       |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC       | LEI N. 13.010, DE 26.6.2014 | ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC       |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE A       | LEI N. 14.230, DE 12.4.2022 | ALTERA A LEI Nº 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE A       |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D   | LEI N. 13.831, DE 17.5.2019 | ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D   |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D    | LEI N. 14.291, DE 3.1.2022  | ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D    |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA     | LEI N. 14.333, DE 4.5.2022  | ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA     |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM       | LEI N. 14.364, DE 1.6.2022  | ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM       |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA      | LEI N. 14.849, DE 2.5.2024  | ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA      |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR         | LEI N. 15.306, DE 13.5.2019 | ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR         |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA AUTORIZ      | LEI N. 13.827, DE 13.5.2019 | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA AUTORIZ      |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO       | LEI N. 13.772, DE 13.5.2019 | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO       |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA DETERMI      | LEI N. 14.310, DE 8.3.2022  | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA DETERMI      |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D     | LEI N. 15.384, DE 9.04.2026 | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D     |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA      | LEI N. 14.857, DE 21.5.2024 | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA      |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA      | LEI N. 15.380, DE 13.5.2019 | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA      |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA      | LEI N. 15.125, DE 24.4.2025 | ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA      |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A P     | LEI N. 14.322, DE 6.4.2022  | ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A P     |              |
|                | ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C     | LEI N. 14.536, DE 20.1.2023 | ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C     |              |

## Seção de Informática

AS DE AB  
EGURANÇ  
PREVENI  
ANTES, PA  
ACRIAR  
BOMASÇ  
ACRIAR  
PASO DO  
MUNICÍPI  
REINTEIN  
SOPRESSÃO  
TO DÁ PRI  
ACEDER  
DAS DE ON  
INFORMA  
TEA DE IN  
ÊNCIA DO  
PRODUT  
RÔAS E OF  
SUSCITA  
DOSE MO  
ÇÕES QUE  
D'ONDE PER

## Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Epigrafe                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Ementa                                                                                                                      | Link Externo |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ALTERA A LEI Nº 7.498 DE 25.06.1986 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | LEI N. 14.602, DE 20.6.2023                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 7.498 DE 25.06.1986 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA.      | CASACOM      |
|                | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE AÇÃO DO SUS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | LEI N. 14.737, DE 3.7.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE AÇÃO DO SUS.                           | TABASEDE     |
|                | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | LEI N. 14.912, DE 3.7.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).                                                    | BRASILSECO   |
|                | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | LEI N. 14.847, DE 25.4.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).                                                    | BBM @ME      |
|                | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | LEI N. 15.126, DE 28.4.2025                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).                                                    | CEB SIST     |
|                | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | LEI N. 14.820, DE 16.1.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).                                                    | SODOSSE      |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | LEI N. 14.644, DE 2.8.2023                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA).                                         | RA FÓRUM     |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | LEI N. 14.952, DE 6.8.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA).                             | PEDAGOGIA    |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | LEI N. 14.858, DE 21.5.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL.                    | SANESIDE     |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA ADAPTÁ-LA À REALIDADE NACIONAL.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | LEI N. 14.071, DE 12.7.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA ADAPTÁ-LA À REALIDADE NACIONAL.                    | MPOSIÇÃO     |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | LEI N. 12.760, DE 27.5.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).                                            | LEI SECA     |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | LEI N. 14.861, DE 10.7.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).                                            | DETERRON     |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | LEI N. 14.921, DE 10.7.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO).                                            | SSA ABREU    |
|                | ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | LEI N. 14.386, DE 27.6.2022                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL.                           | DE EQUOA     |
|                | ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | LEI N. 8.589, DE 20.1.2022                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.         | CHRAIDPA     |
|                | ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 DETERMINANDO O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | LEI N. 8.350, DE 20.1.2022                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 DETERMINANDO O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.           | ADES PÚB     |
|                | ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO POR COMISSÃO DE PREÇOS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | PORTARIA Nº 343/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO POR COMISSÃO DE PREÇOS.          | IS POR AI    |
|                | ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10 DE AGOSTO DE 2000 QUE APROVA O REGULAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | PORTARIA Nº 660 DE 10 DE AGOSTO DE 2000                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10 DE AGOSTO DE 2000 QUE APROVA O REGULAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL.             | NÊNCIAS,     |
|                | ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, | ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, | 98, DE 13.                                                                                                                  |              |
|                | ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399 DE 15 DE AGOSTO DE 1976 (LEI ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | LEI N. 6.543, DE 15.8.2024                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399 DE 15 DE AGOSTO DE 1976 (LEI ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA).         | AL ORGAN     |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385 DE 16.08.2012 DO COUNCIL DO SUS PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | RESOLUÇÃO Nº 23.385 DE 16.08.2012                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385 DE 16.08.2012 PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA.                          | AÇÃO DE      |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.        | SAS ELEI     |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS.     | RSES DE      |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS.     | ASSOCIA      |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS. | ÇÃO DE       |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS. | SENTAÇÃO     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                                       | Epigrafe                      | Ementa                                                                               | Link Externo |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019                                        | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE                    |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019                                    | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DIS                   |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021                             | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOB     |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021                                        | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PRO       |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021                                    | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS                   |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.705/TSE DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021                                   | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.705/TSE DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE DIS                  |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26 DE OUTUBRO DE 2026                                         | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26 DE OUTUBRO DE 2026 QUE DISPÕE SOBRE OS ATO        |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026                                         | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁR      |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021                                  | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DI                  |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021                                    | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS                   |              |
|                | ALTERA A RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021                                    | RESOLUÇÃO                     | ALTERA A RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS                   |              |
|                | ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000                         | COMPLEMEN                     | ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE                     |              |
|                | ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000                                  | LEI N. 8.533, DE              | ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ES                  |              |
|                | ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 20 DE SETEMBRO DE 2006 | LEI N. 8.647, 31.3.2022       | ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE               |              |
|                | ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11 DE OUTUBRO DE 2008                                             | LEI N. 14.531, 10.1.2023      | ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11 DE OUTUBRO DE 2008 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE    |              |
|                | ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1983                 | LEI N. 14.534, 11.1.2023      | ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE             |              |
|                | ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995 E LEI Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997      | LEI N. 13.877, 27.9.2019      | ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995 E LEI Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE  |              |
|                | ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997 E LEI Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995      | LEI N. 13.165, 29.9.2015      | ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997 E LEI Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE  |              |
|                | ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)                         | LEI N. 15.383, 9.04.2026      | ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)                |              |
|                | ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2006           | LEI N. 15.183, 30.7.2025      | ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SET               |              |
|                | ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23 DE OUTUBRO DE 1972 E LEI Nº 9.612 DE 19 DE OUTUBRO DE 1998     | LEI N. 13.424, 28.3.2017      | ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23 DE OUTUBRO DE 1972 E LEI Nº 9.612 DE 19 DE OUTUBRO DE |              |
|                | ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1983                | LEI N. 14.534, 11.1.2023      | ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE            |              |
|                | ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE OBRAS DE ARTE                                             | LEI N. 4.212, 5.12.1980       | ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE OBRAS DE ARTE                                    |              |
|                | ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA                           | DECRETO N. 4.514 DE 28.3.2022 | ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA                  |              |
|                | ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001                                        | LEI N. 8.636, 28.3.2022       | ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001 QUE DISPÕE SO                 |              |
|                | ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS                          | LEI N. 4.330, 30.3.1982       | ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊ                      |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                                    | Epigrafe                       | Ementa                                                                                     | Link Externo |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992, PAR                        | LEI N. 9.090, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992, PAR                        | BATORIANO    |
|                | ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010, E                       | LEI N. 8.670, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010, E                       | ANDRESSA     |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2011, QUE INSTITUI | LEI N. 8.670, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2011, QUE INSTITUI | SOUZAPAGE    |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | LEI N. 8.670, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | RODVAOD      |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | LEI N. 8.670, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | DELOPDE      |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | LEI N. 8.670, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | DELOPDE      |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | LEI N. 8.670, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | DELOPDE      |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | LEI N. 8.670, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | DELOPDE      |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | LEI N. 8.670, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | DELOPDE      |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | LEI N. 8.670, DE 31.5.2022     | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI          | DELOPDE      |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS     | LEI N. 4.200, DE 10.3.2021     | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS     | DELOPDE      |
|                | ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974             | DECRETO N. 4.292, DE 10.3.2021 | ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974             | SADABIN      |
|                | ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990, QUE INSTITUI       | LEI N. 8.391, DE 10.3.2021     | ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990, QUE INSTITUI       | REIOMRBO     |
|                | ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, PARA ESTENDER O        | LEI N. 13.370, DE 14.7.2004    | ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, PARA ESTENDER O        | ESPECIAE     |
|                | ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI               | LEI N. 6.502, DE 14.7.2004     | ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI               | APAS SER     |
|                | ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004, QUE              | DECRETO N. 29.258 DE 12.6.2023 | ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004, QUE              | RAMONES      |
|                | ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE INSTITUI           | LEI N. 8.177, DE 15.12.2025    | ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE INSTITUI           | OSSEME       |
|                | ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, QUE INSTITUI         | LEI N. 15.123, DE 24.4.2025    | ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, QUE INSTITUI         | FEAESTOAL    |
|                | ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI           | LEI N. 8.867, DE 12.6.2023     | ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI           | OUVIDORI     |
|                | ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE                  | LEI N. 8.552, DE 15.12.2025    | ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE                  | ELHO EST     |
|                | ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A                                           | LEI N. 15.272, DE 5.12.2025    | ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A                                           | REVENTIVA    |
|                | ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A                                                       | LEI N. 15.280, DE 5.12.2025    | ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A                                                       | REVENTIVA    |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI              | DECRETO N. 83.071 DE 12.6.2023 | ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI              | ONSTAS       |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI              | DECRETO N. 83.070 DE 12.6.2023 | ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI              | SONCHESA     |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI              | DECRETO N. 69.581 DE 12.6.2023 | ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI              | IRO DE 20    |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R                       | DECRETO N. 23.086 DE 12.6.2023 | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R                       | SEFATOPR     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                      | Epigrafe                                                        | Ementa                                                                 | Link Externo |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R          | DECRETO N.º 95.540, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R              | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R    | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R          | DECRETO N.º 83.069, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R              | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R    | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG         | DECRETO N.º 71.978, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG             | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG   | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE | DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE      | ALTERA O DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE    | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM        | DECRETO Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM             | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM  | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS        | DECRETO N.º 74.007, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS            | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS  | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020                  | DECRETO N.º 74.341, DE 22 DE JUNHO DE 2020                      | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020            | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS         | DECRETO N.º 74.341, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS             | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS   | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO            | DECRETO N.º 94.872, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN        | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO      | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN         | LEI N.º 15.245, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN            | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN   | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN          | LEI N.º 15.397, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN            | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN    | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN          | LEI N.º 15.353, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN            | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN    | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN          | LEI N.º 14.752, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN            | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN    | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE 1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN         | DECRETO N.º 10.841, DE 03 DE 1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN       | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE 1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN   | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16 DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL         | DECRETO N.º 11.881, DE 16 DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL    | ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16 DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL   | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO        | DECRETO N.º 11.880, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO   | ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO  | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO         | DECRETO N.º 11.880, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO    | ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO   | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ         | DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ     | ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ   | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04 DE 2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE         | DECRETO N.º 11.040, DE 04 DE 2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE   | ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04 DE 2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE   | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22 DE 2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9       | DECRETO N.º 11.130, DE 22 DE 2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9 | ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22 DE 2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9 | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE 2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC        | DECRETO N.º 11.080, DE 22 DE 2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC  | ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE 2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC  | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09 DE 2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC        | DECRETO N.º 11.481, DE 09 DE 2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC  | ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09 DE 2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC  | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA         | DECRETO N.º 11.107, DE 30 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA   | ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA   | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE 2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03       | DECRETO N.º 11.479, DE 05 DE 2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03 | ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE 2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03 | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO        | DECRETO N.º 9.981, DE 22 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO   | ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO  | DETALHES     |
|                | ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10        | DECRETO N.º 9.981, DE 25 DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10   | ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10  | DETALHES     |
|                | ALTERA O DRECRETO N.º 8.033, DE 27 DE 2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS         | DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE 2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS       | ALTERA O DRECRETO N.º 8.033, DE 27 DE 2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS   | DETALHES     |



# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                           | Epigrafe                                    | Ementa                                                                                 | Link Externo |
|----------------|-------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA                          | LEI N. 8.126, 11.7.2019.                    | ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE               |              |
|                | ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL                      | LEI N. 8.178, DE                            | ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO                |              |
|                | ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO                    | EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14.721, 8.11.2023. | ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ACRESCENDO                    |              |
|                | ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990            | LEI N. 14.721, 8.11.2023.                   | ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA)           |              |
|                | ALTERA OS DECRETOS-LEIS NºS 2.848, DE 07.12.1940                  | LEI N. 14.245, DE                           | ALTERA OS DECRETOS-LEIS NºS 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.688, DE 09.12.1940 |              |
|                | ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO | EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14.721, 8.11.2023. | ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO                      |              |
|                | ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VERBA DE                     | DECRETO Nº 15.160, 3.7.2025.                | ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.000, DE 1999   |              |
|                | ALTERA A CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VERBA DE                       | LEI N. 15.160, 3.7.2025.                    | MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940           |              |
|                | ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019                 | RESOLUÇÃO Nº 15.171, 17.7.2025.             | ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE          |              |
|                | AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CÍRURGIA                          | LEI N. 15.171, 17.7.2025.                   | ALTERA A LEI Nº 9.797, DE 6 DE MAIO DE 1999, E A LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998   |              |
|                | ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS                      | FORMULÁRIO Nº 12.249, 11.6.2010.            | ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE                       |              |
|                | ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER                     | LEI N. 12.249, 11.6.2010.                   | ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA                     |              |
|                | APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL                   | LEI N. 13.964, DE                           | APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL                                  |              |
|                | APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO                 | LEI N. 5.553, 6.12.1968.                    | DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO                       |              |
|                | APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO                          | DECRETO Nº 12.540, DE                       | APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS                      |              |
|                | APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS                       | PORTARIA Nº 167/2024.                       | APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO                       |              |
|                | APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS                       | PORTARIA Nº 167/2024.                       | APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO                       |              |
|                | APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS                       | PORTARIA Nº 167/2024.                       | APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO                       |              |
|                | APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR                    | LEI N. 6.399, 15.8.2003.                    | APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS                    |              |
|                | APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR                    | LEI N. 6.230, 19.4.2001.                    | APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS                    |              |
|                | APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO                        | PORTARIA Nº 167/2024.                       | APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONDUTA                   |              |
|                | APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO                            | DECRETO Nº 70.274, DE                       | APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECEDÊNCIA                  |              |
|                | APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGIMENTAL                        | PORTARIA Nº 167/2024.                       | PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX, DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - APROVA A                  |              |
|                | APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO                      | DECRETO Nº 4.265, DE                        | APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PREVIDÊNCIA                         |              |
|                | APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO                            | DECRETO Nº 3.700, DE                        | APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA                           |              |
|                | APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS, HONRAS,                     | PORTARIA Nº 167/2024.                       | APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS, HONRAS, SINAIS DE RESPEITO                       |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                               | Epigrafe                 | Ementa                                                                        | Link Externo |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS                                      | DECRETO N. 10.030 DE     | APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS                                  |              |
|                | APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS | DECRETO Nº               | APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE MILITARES (R-200) |              |
|                | ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO    | LEI N. 10.022 DE         | ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO            | EM ATIVID    |
|                | ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL        | LEI N. 9.172, 12.3.2024  | ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL                | S PÚBLICO    |
|                | ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO                                 | LEI N. 15.181, 28.7.2025 | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)         | SAO PENAL    |
|                | ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME                                 | LEI N. 14.064, 29.9.2020 | ALTERA A LEI Nº 9.605 DE 12.02.1998 PARA ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS         | S-TRATOS     |
|                | AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE       | LEI N. 13.800, 4.1.2019  | AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE               | ES DE AUT    |
|                | AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POR       | LEI N. 8.838, 4.4.2023   | AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POR               | ÊNCIA - C    |
|                | AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS         | LEI N. 15.069 DE         | AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS                 |              |
|                | AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE        | LEI N. 10.027 DE         | AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE                | ADO DE A     |
|                | AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL                       | LEI N. 14.648, 4.8.2023  | AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL                               |              |
|                | AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO          | LEI N. 14.323, 12.4.2022 | AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO                  | É REDEMA     |
|                | AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR      | LEI N. 8.810, 20.1.2023  | AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR              | OS, OUEST    |
|                | AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO     | LEI N. 5.809, 27.2.1996  | AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO             | STRABEMO     |
|                | AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO         | LEI N. 8.652, 13.4.2022  | AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO                 | BOIDOPAN     |
|                | AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P         | LEI N. 8.398, 25.3.2021  | AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P                 | DE VACIN     |
|                | AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SIT        | LEI N. 9.513, 1.4.2025   | AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SIT                | BIOMATIA     |
|                | AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI       | LEI N. 9.455 DE          | AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI               | ER DIRETR    |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT        | LEI N. 8.691, 21.6.2022  | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT                | SO ANTE      |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN        | LEI N. 8.680, 9.6.2022   | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN                | ICA FEDE     |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C       | LEI N. 8.601, 22.2.2022  | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C               | DESENVOL     |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E        | LEI N. 9.450 DE          | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E                | OPISCOM      |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER       | LEI N. 14.643, 2.8.2023  | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER               | CONTEMP      |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT        | LEI N. 6.120, 22.9.1999  | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT                | DE VIOLÊ     |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIA      | LEI N. 8.133, 7.8.2019   | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIA              | R PROCO      |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI       |                          | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI               | POSICIONA    |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                    | Epigrafe                 | Ementa                                                                | Link Externo |
|----------------|--------------------------------------------|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR      | LEI N. 8.418, 19.5.2021  | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA C     | SISTEMA D    |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR    | LEI N. 9.279, 20.6.2024  | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES         | ESSECRE      |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO       | LEI N. 8.970, 20.9.2023  | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E       | ÂMBITO P     |
|                | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A       | LEI N. 14.343, 19.5.2022 | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO       | VISIONAL     |
|                | BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS RE      | DECRETO N. 4.462 DE      | BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS          | 2.12.1977.   |
|                | BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR     | DECRETO N. 27.039 DE     | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329 DE 5 DE JANEIRO DE 2012 QUE PRO   | ALAGOAS      |
|                | BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR     | LEI N. 7.329, 5.1.2012   | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA, OFERTA, FORNECIMENTO, ENTREG       | CONSUMO      |
|                | CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020      | RESOLUÇÃO                | DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E         | 2020 E DÁ C  |
|                | CALENDÁRIO ELEITORAL 2020                  | RESOLUÇÃO                | CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020                             |              |
|                | CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024       | RESOLUÇÃO                | CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024                                  |              |
|                | CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO           | DECRETO N. 17.439 DE     | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011         |              |
|                | CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO           | LEI N. 7.294, DE         | CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER EXEC         | ÇÃO EXCI     |
|                | CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026               | MANUAL DA                | CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - CONDUTAS    | NTES PÚBL    |
|                | CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRI | CARTILHA MPM             | CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEI |              |
|                | CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PRE   | CARTILHA PGE - CPRAC     | CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMI       | FLITOS DO    |
|                | CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG     | CARTILHA PGE             | CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO       | O 2018       |
|                | CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG     | CARTILHA PGE             | CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO       | O 2022       |
|                | CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG     | CARTILHA PGE             | CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO       | CAZOS C      |
|                | CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES     | LEI N. 6.210, DE         | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO E      | GOAS.        |
|                | CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES     | LEI N. 6.179, 8.8.2000   | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO        | GOAS.        |
|                | CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENT        | DECRETO N. 1.818 DE      | APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENT           |              |
|                | CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEF      | LEI Nº 14.126            | CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO       |              |
|                | CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO      | DECRETO Nº               | DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONE         | STANCIAM     |
|                | CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO      | DECRETO Nº               | DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN        | ITO SOCIA    |
|                | CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL D    | LEI N. 2.249, 15.6.1960  | CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT     |              |
|                | CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÃO       | LEI N. 4.117, 27.8.1962  | INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES                      |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                       | Epigrafe                 | Ementa                                                               | Link Externo |
|----------------|-----------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | CÓDIGO CIVIL                                  | LEI N. 10.406, 10.1.2002 | INSTITUI O CÓDIGO CIVIL                                              |              |
|                | CÓDIGO DE ÁGUAS                               | DECRETO N. 24.643 DE     | INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS                                           |              |
|                | CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR                | LEI N. 8.078, 11.9.1990  | DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS       |              |
|                | CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL                      | LEI N. 13.105, 16.3.2015 | INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL                                  |              |
|                | CÓDIGO DE PROCESSO PENAL                      | DECRETO LEI N. 3.689     | INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL                                  |              |
|                | CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR              | DECRETO LEI N. 1.002     | INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR                          |              |
|                | CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO                 | LEI N. 9.503, 23.9.1997  | INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO                             |              |
|                | CÓDIGO ELEITORAL                              | LEI N. 4.737, 15.7.1965  | INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL                                          |              |
|                | CÓDIGO FLORESTAL                              | LEI N. 12.651, 25.5.2012 | INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO   |              |
|                | CÓDIGO PENAL                                  | DECRETO LEI N. 2.848     | INSTITUI O CÓDIGO PENAL                                              |              |
|                | CÓDIGO PENAL MILITAR                          | DECRETO LEI N. 1.001     | INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR                                      |              |
|                | COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO D        | DECRETO N. 35.707 DE     | CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA            |              |
|                | COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES            | DECRETO N. 40.941 DE     | DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE F        | ARIA DO E    |
|                | COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES            | DECRETO N. 40.054 DE     | CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPE        |              |
|                | COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS      | DECRETO N. 11.054 DE     | INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS                  |              |
|                | COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS      | DECRETO N. 39.672 DE     | DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AG       |              |
|                | COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO     | DECRETO N. 17.450 DE     | DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO      |              |
|                | COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MORALIDADE | DECRETO N. 29.273 DE     | DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA                            |              |
|                | COMPENSAÇÃO FINANCEIRA                        | LEI N. 6.035, 2.7.1998   | ASSEGURA, NA FORMA QUE ESTIPULA, A PAGA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA    | TARES, BO    |
|                | COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA   | DECRETO Nº               | DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROV      | O DE CON     |
|                | COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE DO        | NP Nº 313901             | TRANSCRITAÇÃO DE OFÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S | DADE DO      |
|                | CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO          | DECRETO N. 12.338 DE     | CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVID      | 024.         |
|                | CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO         | LEI N. 8.618, 22.2.2022  | CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO        | REPÚBLICA    |
|                | CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA          | PORTARIA Nº              | CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCI    | ABES, S      |
|                | CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA         | DECRETO N. 23.198 DE     | DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO P         | DA SECRE     |
|                | CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA         | DECRETO N. 17.528 DE     | CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â       | RIA DE ES    |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                     | Epigrafe                | Ementa                                                                 | Link Externo |
|----------------|---------------------------------------------|-------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA       | DECRETO N. 24.505 DE    | ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO         | TO DA SE     |
|                | CONFEERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO   | LEI N. 9.722, DE        | CONFEERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CURSOS   | DÊNCIAS      |
|                | CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL              | LEI N. 4.000, DE        | DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS    |              |
|                | CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA PMAL            | LEI N. 4.218, 5.12.1980 | DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO   | DÁ OUTRA     |
|                | CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA     | DECRETO N. 6.369 DE     | DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA          |              |
|                | CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA      | LEI N. 5.812, 27.2.1996 | DÁ NOVA REDACÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADO   | ÊNCIAS.      |
|                | CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA      | LEI N. 5.336, 8.5.1992  | NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE    | ADOTA PR     |
|                | CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS     | LEI N. 5.974, 9.12.1997 | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS     |              |
|                | CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA      | LEI DELEGADA            | ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA       | E SUAS CO    |
|                | CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA      | DECRETO N. 11.226 DE    | DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO | RA A DEN     |
|                | CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA      | DECRETO N. 33.328 DE    | ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007 QUE AP      | INTERNO      |
|                | CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS    | DECRETO N. 1.756 DE     | APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE         | N-AL.        |
|                | CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA   | DECRETO N. 18.512 DE    | DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA          | ESCENTE      |
|                | CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL     | DECRETO N. 21.454 DE    | AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA CO        | S DE GEST    |
|                | CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL     | DECRETO N. 10.812 DE    | ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL         | DÊNCIAS.     |
|                | CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS     | LEI N. 8.583, 19.1.2022 | CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS DE ALAGOAS – LIGAL COMO PA     | L E IMATE    |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO | LEI N. 8.686, 21.6.2022 | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURE-AA        |              |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO | LEI N. 8.690, 21.6.2022 | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COM        | IAL OSMAN    |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO | LEI N. 8.656, 13.4.2022 | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE        | LMARES.      |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO | LEI N. 8.660, 25.4.2022 | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SOBRIOS        |              |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL     | LEI N. 8.571, 4.1.2022  | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOEÍLI       | OCALIZAD     |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL     | LEI N. 8.705, 6.7.2022  | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD      |              |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL     | LEI N. 8.572, 4.1.2022  | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA JIUNIN     | DAL.         |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL     | LEI N. 8.689, 21.6.2022 | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE             |              |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE      | LEI N. 8.693, 21.6.2022 | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRB         |              |
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO  | LEI N. 8.703, 6.7.2022  | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA            |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                                                                                 | Epigrafe                                                                            | Ementa                                                                                                                                  | Link Externo                      |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
|                | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL                                                                    | LEI N. 8.556, DE 1995                                                               | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL                                                                    | DESC.                             |
|                | CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL                                                                         | DECRETO N. 9.579 DE 2015                                                            | CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL                                                                         | BRASIL                            |
|                | CONSTITUIÇÃO ESTADUAL                                                                                                                   | CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1              | CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1                                                                  |                                   |
|                | CONSTITUIÇÃO ESTADUAL                                                                                                                   | CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1              | CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1                                                                  |                                   |
|                | CONSTITUIÇÃO FEDERAL                                                                                                                    | CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1 | CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1                                                     | 7, DE 2020                        |
|                | CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO                                                               | PORTARIA SE Nº 105.357 DE 2015                                                      | CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO                                                               | SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  |
|                | CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS                                       | DECRETO N. 83.887 DE 2015                                                           | CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS                                       | POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS        |
|                | CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A TERCERIZADA DA ALMOXARFARIA DO ESTADO DE ALAGOAS                         | DECRETO N. 83.887 DE 2015                                                           | CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A TERCERIZADA DA ALMOXARFARIA DO ESTADO DE ALAGOAS                         | ALMOXARFARIA DO ESTADO DE ALAGOAS |
|                | CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE DADOS                                                                                       | DECRETO N. 7.845 DE 2015                                                            | REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE DADOS                                                        | INFORMAÇÃO                        |
|                | CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS                                                                  | LEI N. 9.612, DE 18.7.2025                                                          | CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS                                                                  | RAS PROVINCIAIS                   |
|                | CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA                                                         | LEI N. 10.693, DE 25.6.2003                                                         | CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA                                                         | O DA JUSTIÇA                      |
|                | CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1995                                                                  | DECRETO N. 10.981 DE 2015                                                           | CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1995                                                                  | RESOLUÇÃO                         |
|                | CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA                                                                     | DECRETO N. 11.089 DE 2015                                                           | CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA                                                                     |                                   |
|                | CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO                                                                   | LEI N. 9.499, DE 14.2.2025                                                          | CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO                                                                   | E INCENTIVO                       |
|                | CRIA APP EM IMÓVEL DO BPMON DA PMAL                                                                                                     | DECRETO N. 70.396 DE 2015                                                           | CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO DO BPMON DA PMAL                                                           | CONTADO DO BPMON DA PMAL          |
|                | criação da 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO                                                                                               | LEI N. 6.895, DE 2015                                                               | CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL - A 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL                                                               | AGRÁRIOS                          |
|                | criação da delegacia especial dos crimes contra a administração pública                                                                 | LEI N. 8.364, DE 2015                                                               | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA                                                  | OUTRAS PESSOAS                    |
|                | criação do boletim de ocorrência (BO) da polícia militar                                                                                | DECRETO N. 1407 DE 2015                                                             | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA MILITAR                                                                 | S E ADOTADO                       |
|                | criação do comitê de gerenciamento de impactos ambientais                                                                               | DECRETO Nº 1407 DE 2015                                                             | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS AMBIENTAIS                                                                | SE DO COMITÊ                      |
|                | criação do departamento estadual de aviação - DE                                                                                        | LEI Nº 9.390, DE 2015                                                               | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DE                                                                         | OMAS RESOLUÇÃO                    |
|                | criação do serviço voluntário remune                                                                                                    | DECRETO N. 35.142 DE 2015                                                           | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE INSTITUI O SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNE                                  | MTA DO DEPARTAMENTO               |
|                | criação e funcionamento do gabinete de crise da secretaria de estado de educação - G                                                    | DECRETO N. 69.463 DE 2015                                                           | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - G                                     | ÊNCIA - G                         |
|                | cria cargo isolado de provimento efetivo e dá outras providências                                                                       | LEI N. 4.350, DE 17.5.1982                                                          | CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS                                                                       | GISLATIVO                         |
|                | cria cargos de procurador de justiça e adota providências correlatas                                                                    | LEI N. 4.333, DE 13.4.1982                                                          | CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS                                                                    |                                   |
|                | cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer, adquirir ou guardar para a venda, distribuição ou consumo de substância | LEI N. 15.234, DE 7.10.2025                                                         | CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER, FORNECER, ADQUIRIR OU GUARDAR PARA A VENDA, DISTRIBUIÇÃO OU CONSUMO DE SUBSTÂNCIA | DETERMINAÇÃO                      |
|                | cria multa administrativa no âmbito do estado de alagoas para                                                                           | LEI N. 9.500, DE 14.2.2025                                                          | CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA                                                                           | DETERMINAÇÃO                      |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                  | Epigrafe                 | Ementa                                                                  | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | cria no âmbito do estado de alagoas a                    | LEI COMPLEMEN            | cria no âmbito do estado de alagoas a câmara de prevenção e re          | FOURADE      |
|                | cria o cadastro de condenados por es                     | LEI N. 9.599, 18.7.2025  | cria o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de con           | ESPIRAZI     |
|                | cria o cadastro nacional de craincas e                   | LEI N. 12.127, DE        | cria o cadastro nacional de craincas e adolescentes desapareci          |              |
|                | cria o cadastro nacional de pessoas por crime de estupro | LEI N. 14.069, 1.10.2020 | cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de             |              |
|                | cria o fundo estadual de combate ao c                    | LEI N. 8.396, 19.3.2021  | cria o fundo estadual de combate ao câncer                              |              |
|                | cria o índice de avaliação da qualidade                  | LEI N. 10.015, DE        | cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas deleg        | AS EM AT     |
|                | cria o instituto de previdência e assist                 | LEI N. 2.509, 4.12.1962  | cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es      | E DA OUT     |
|                | cria o mistério do trabalho e previdên                   | LEI N. 14.261, DE        | cria o mistério do trabalho e previdência                               |              |
|                | cria o programa de incentivo ao melho                    | LEI N. 8.582, 19.1.2022  | cria o programa de incentivo ao melhoramento genético do reba           | ADO DE A     |
|                | cria o programa prô-jeitos                               | LEI Nº 14.147            | cria o programa prô-jeitos, com aplicação enolquanto perdurar a         | ÚDE PÚBL     |
|                | cria o protocolo "NÃO É NÃO" para pre                    | LEI N. 14.786, DE        | cria o protocolo "NÃO É NÃO" para prevenção ao constrangiment           | STRANOM      |
|                | cria o selo tolerância zero com asséd                    | LEI Nº 9.603             | cria o selo tolerância zero com assédio a ser concedido a estar         | MAÇAMEN      |
|                | crime de denunciação caluniosa                           | LEI N. 14.110, DE        | ALTERA O ART. 339 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) | EDAÇÃO A     |
|                | crime de perseguição                                     | LEI N. 14.132, 31.3.2021 | ACRESCENTA O ART. 147-A AO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO  | ER O CRIM    |
|                | crimes ambientais                                        | LEI N. 9.605, 12.2.1998  | DISPÕE SOBRE AS SANCÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CO        | ES LESIVA    |
|                | crimes de violação de dispositivo infor                  | LEI N. 14.155, 27.5.2021 | ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL), PARA TORNAR   | CRIMES DE    |
|                | cultura (dia do músico alagoano)                         | LEI N. 7.783, 22.1.2016  | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA DO MÚSICO ALAGOANO E DÁ OUTRAS PR         |              |
|                | dá nova redação ao s 1º e cria os s 7º e 8º              | EMENDA CONSTITUCI        | DÁ NOVA REDAÇÃO AO S 1º E CRIA OS S 7º, 8º E 9º DO ARTIGO 244 E CRIA O  | ÃO NOVAE     |
|                | dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3.54                | LEI N. 5.883, DE         | DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1975   | LEI Nº 3.5   |
|                | dá nova redação ao art. 5º e parágrafo                   | LEI N. 9.743, DE         | DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 5º e PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6º DA LEI ESTA     | NO ENOME     |
|                | dá nova redação ao artigo 2º da lei dele                 | DECRETO N. 4.140 DE      | DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DELEGADA Nº 42, DE 14 DE MAIO DE    | FEIRAM       |
|                | dá nova redação aos artigos 79, 81 e ac                  | LEI N. 3.846, DE         | DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO INCISO VII DO ARTIGO 93 DA L    | TAPE SDE     |
|                | dá nova redação aos arts. 1º e 2º da lei                 | LEI N. 4.170, 3.10.1980  | DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980 E REVO  | CONTRÁF      |
|                | dá nova redação aos arts. 1º e 2º da lei                 | LEI N. 4.171, 3.10.1980  | DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980 E REVO  | CONTRÁF      |
|                | dá nova redação aos arts. 2º e 3º da lei                 | LEI N. 8.527, DE         | DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JUNHO DE 20  | RELIASDE     |
|                | dá nova redação aos arts. 2º e 5º da lei                 | DECRETO N. 11.226 DE     | DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42, DE 14 DE MAIO  | FAS DEEN     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                   | Epigrafe                  | Ementa                                                                  | Link Externo |
|----------------|-----------------------------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SEL                 | LEI N. 4.922, 17.1987     | DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SEL INCISO XII DA ALÍNEA &quot;C& |              |
|                | DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO                       | LEI N. 8.356, 2.12.2020   | DISPÕE SOBRE A ALTERACÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26.11.1966 PARA DA         |              |
|                | DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE                | LEI N. 14.759, 18.12.2023 | DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBE DA CONSCIÊNCIA         |              |
|                | DECLARA MANIFESTACÇÃO DA CULTURA NACI                     | LEI N. 14.641, 18.12.2023 | DECLARA MANIFESTACÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM          |              |
|                | DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZ                       | DECRETO Nº                | DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAM             |              |
|                | DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDACÇÃO                     | PORTARIA Nº               | DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDACÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTER        |              |
|                | DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE                  | LEI N. 14.768, 18.12.2023 | DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMI      |              |
|                | DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAC                      | LEI N. 9.474, 22.7.1997   | DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTACÇÃO DO ESTATUTO DOS REELIGIA        |              |
|                | DEFINE O ANO CIVIL                                        | LEI N. 810, 6.9.1949      | DEFINE O ANO CIVIL                                                      |              |
|                | DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE                      | DECRETO N. 11.123, DE     | DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVO- DISCIPL       |              |
|                | DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO                    | LEI N. 8.463, 30.6.2021   | DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BA        |              |
|                | DENOMINACÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTAD                    | LEI N. 7.134, 9.12.2009   | DISPÕE SOBRE A DENOMINACÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SER        |              |
|                | DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA                     | LEI N. 6.623, 22.7.2025   | CANIL DO BATALHÃO DE OPERACÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGO     |              |
|                | DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA                     | LEI N. 9.623, 22.7.2025   | DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERACÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - B      |              |
|                | DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PI                     | LEI N. 8.788, 18.12.2023  | DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40        |              |
|                | DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO | DECRETO N. 19.033, DE     | DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS            |              |
|                | DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE                      | DECRETO N. 5.879, DE      | APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNS            |              |
|                | DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL                      | DECRETO N. 10.622, DE     | DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812       |              |
|                | DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD                      | DECRETO N. 98.836, DE     | DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DRO          |              |
|                | DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD                      | DECRETO N. 107.466, DE    | DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇ          |              |
|                | DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO D                    | DECRETO Nº                | DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O PLAN         |              |
|                | DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO D                    | DECRETO Nº                | DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O PLAN         |              |
|                | DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES M                      | DECRETO N. 3.545, DE      | DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORACÇÃO DA E         |              |
|                | DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS                    | LEI N. 8.622, 18.3.2022   | DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM       |              |
|                | DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICA                     | LEI N. 8.062, 18.12.2023  | DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE          |              |
|                | DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COM                       | LEI N. 8.597, 22.2.2022   | DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MAUS-TRAT            |              |



# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                               | Epigrafe                     | Ementa                                                                | Link Externo |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA                                      | LEI N. 8.118, 21.6.2019      | INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS      |              |
|                | DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL                               | LEI N. 9.394, DE             | ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB           |              |
|                | DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA  | LEI N. 9.494, 10.9.1997      | DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA  | 7.347, DE    |
|                | DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO                            | LEI N. 8.367, DE             | DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E O PAGAMENTO   | MOTOR        |
|                | DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA   | DECRETO N. 3.987 DE          | DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA   | ADAS E D     |
|                | DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TRABALHO                         | LEI N. 13.103, 2.3.2015      | DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA - ALTERA A CON     | S DO TRAB    |
|                | DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS    | LEI N. 13.675, 11.6.2018     | DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS    | NÇA PÚBL     |
|                | DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS    | LEI N. 13.675, 11.6.2018     | DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS    | NOVAÇÃO      |
|                | DISCIPLINA O ELUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS       | PORTARIA N. 12.016, 7.8.2009 | DISCIPLINA O ELUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS       | A MODALID    |
|                | DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE     | LEI N. 12.016, 7.8.2009      | DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE     |              |
|                | DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRA JU     | LEI N. 9.059, DE             | DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRA JU     | O ESTADO     |
|                | DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P       | LEI N. 13.060, DE            | DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P       | EGURANÇ      |
|                | DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO        | LEI N. 8.469, 15.7.2021      | DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO        | IPVA CORR    |
|                | DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N        | LEI N. 8.655, 13.4.2022      | DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N        | O DE ALA     |
|                | DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTIT  | LEI N. 7.195, 28.7.2010      | DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTIT  | SIONES CA    |
|                | DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA      | LEI N. 9.594, 15.7.2025      | DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA      | SÃO PARA     |
|                | DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE I       | LEI Nº 8.407, DE             | DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE I       | AS NOS ES    |
|                | DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE     | LEI N. 8.781, DE             | DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕE       | LEI N. 9.858, DE             | DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕE       | COLPES       |
|                | DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONS        | LEI N. 8.521, 7.10.2021      | DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONS        | RAS EXEC     |
|                | DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINACÃO        | LEI N. 9.373, 11.5.2018      | DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINACÃO        | IAL AMBIE    |
|                | DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO    | LEI N. 8.640, 28.3.2022      | DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO    | ÇÃO E IN     |
|                | DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO | LEI N. 8.388, 10.3.2021      | DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO | TO INSTAD    |
|                | DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABE    | DECRETO N. 37.143 DE         | DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABE    | SEASIA DO    |
|                | DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS        | DECRETO N. 11.947 DE         | DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS        | A PREVID     |
|                | DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALI        | DECRETO N. 95.095 DE         | DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALI        | BLICO E I    |

## Seção de Informática

[illegible]

## Seção de Informática

BMENTO SO  
 BMENTO SO  
 BMENTO S  
 BMENTO SO  
 BIENTO SO  
 BTO SOC  
 S DA ADM  
 UNÍOES  
 AMENTO  
 639, DE 28  
 RÍCIA OFI  
 RETARIA D  
 DÁ OUTRA  
 LEGAIS C  
 ANO – CSA  
 OSÓPCÃO  
 2.04.2020.  
 ERMOBÁR  
 ER EXECU  
 TAQUEM  
 S NO ESTÁ  
 DANTES D  
 CAEPED

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                      | Epigrafe                         | Ementa                                                                       | Link Externo |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE                                    | LEI N. 9.682, DE 14.02.2025      | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS |              |
|                | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE           | LEI N. 9.512, DE 14.02.2025      | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE           |              |
|                | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA &quot;PATRULHA      | LEI Nº 9.817, DE 14.02.2025      | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA &quot;PATRULHA      |              |
|                | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA              | LEI N. 8.783, DE 14.02.2025      | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA              |              |
|                | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO | LEI N. 9.498, DE 14.02.2025      | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO |              |
|                | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A              | LEI N. 8.789, DE 14.02.2025      | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A              |              |
|                | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE                | LEI N. 8.683, DE 14.02.2025      | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE                |              |
|                | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS              | LEI N. 9.508, DE 14.02.2025      | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS              |              |
|                | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPIDO DE DELEGACIA           | LEI N. 14.541, DE 3.4.2023       | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPIDO DE DELEGACIA           |              |
|                | DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NA             | LEI N. 15.392, DE 21.6.2022      | DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NA             |              |
|                | DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA         | LEI N. 8.688, DE 21.6.2022       | DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLICA         |              |
|                | DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA               | LEI N. 8.553, DE 16.5.2023       | DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA               |              |
|                | DISPÕE SOBRE A DILUIÇÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS        | LEI N. 14.583, DE 16.5.2023      | DISPÕE SOBRE A DILUIÇÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS        |              |
|                | DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE          | INSTRUÇÃO N. 8.337, DE 5.11.2020 | DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE          |              |
|                | DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPECIFICAR       | LEI Nº 8.337, DE 5.11.2020       | DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPECIFICAR       |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO          | COMPLEMENTO Nº 19.1.2022         | DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO          |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO, PELO GOVERNADOR DO ESTADO, DO GOVERNADOR             | LEI N. 8.576, DE 19.1.2022       | DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO, PELO GOVERNADOR DO ESTADO, DO GOVERNADOR             |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE               | LEI N. 8.638, DE 28.3.2022       | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE               |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO    | LEI N. 9.272, DE 11.6.2024       | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO    |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS         | LEI N. 8.623, DE 28.3.2022       | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS         |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS         | LEI N. 6.540, DE 7.12.2004       | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS         |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE             | LEI Nº 6.268, DE 19.1.2022       | DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE             |              |
|                | DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS              | LEI N. 8.529, DE 12.8.15         | DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS              |              |
|                | DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO UNIAO DE PORTOS             | LEI N. 12.815, DE 5.6.2013       | DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO UNIAO DE PORTOS             |              |
|                | DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS          | LEI Nº 14.152, DE 14.02.2025     | DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS          |              |
|                | DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE            | LEI N. 6.400, DE 14.02.2025      | DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE            |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                              | Epigrafe                          | Ementa                                                               | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE    | LEI N. 8.669, 19.5.2022           | DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE    | DÁ OUTRA     |
|                | DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE                                | LEI N. 8.588, 20.1.2022           | DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS       | DO BOUTE     |
|                | DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS   | LEI Nº 14.172, 10.5.2022          | DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS   | PROFESSOR    |
|                | DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS     | LEI N. 9.470, 7.6.2022            | DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS     | DEGRADAR     |
|                | DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPICOS | LEI N. 14.334, 10.5.2022          | DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPICOS | S DE MISE    |
|                | DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO      | LEI N. 8.297, 20.8.2020           | DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO      | AL DE ENS    |
|                | DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU      | LEI N. 8.672, 7.6.2022            | DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU      | DE CADA M    |
|                | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ     | DECRETO N. 10.674, 18.8.2020      | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ     | AMA NACIO    |
|                | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALH   | LEI N. 8.561, 18.8.2020           | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALH   | BOASRIST     |
|                | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS FILAS DE    | LEI N. 8.293, 18.8.2020           | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS FILAS DE    | ETABECIO     |
|                | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A ELE      | LEI N. 8.675, 7.6.2022            | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A ELE      | TEÚDEAG      |
|                | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA “EDUCAÇÃO FINANCEIRA” NAS PROPO      | LEI N. 8.992, 2.10.2023           | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA “EDUCAÇÃO FINANCEIRA” NAS PROPO      | ÊDIOSRIS     |
|                | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI      | LEI N. 8.530, 7.6.2022            | DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI      | DA DECA      |
|                | DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT    | LEI N. 8.292, 20.8.2020           | DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT    | EPORZAS      |
|                | DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA COBACÕES D    | LEI Nº 9.619, 27.6.2022           | DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA COBACÕES D    | O ESTADO     |
|                | DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ      | LEI N. 8.695, 27.6.2022           | DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ      | IMENTAR      |
|                | DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECLIPERACÃO FISCAL – E    | LEI Nº 9.438, 19.1.2024           | DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECLIPERACÃO FISCAL – E    | BAÇÃOIN      |
|                | DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON      | LEI N. 6.873, 20.8.2020           | DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON      | PROMOVIR     |
|                | DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR      | LEI N. 8.300, 20.8.2020           | DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR      | JAISQUER     |
|                | DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO      | LEI N. 8.542, 7.6.2022            | DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO      | ONJAMBE      |
|                | DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE INSTITUIO SALÁRIO-PATERNIDADE     | LEI N. 15.371, 2.9.2020           | DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE INSTITUIO SALÁRIO-PATERNIDADE     | VIDEACIA     |
|                | DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSPOR       | LEI N. 8.306, 2.9.2020            | DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSPOR       | ETERARUE     |
|                | DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OI    | RESOLUÇÃO LEI N. 9.151, 19.1.2024 | DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OI    | ANGLANDI     |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGI      | LEI N. 8.335, 4.11.2020           | DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGI      | TABOZOE      |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA      | LEI N. 8.374, 12.1.2021           | DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA      | DAFERTIO     |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D       |                                   | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D       | ENVSIESO     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                            | Epigrafe                 | Ementa                                                              | Link Externo |
|----------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RE    | LEI N. 9.525, 16.4.2025  | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RE     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS     | LEI N. 10.028, DE        | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS      |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ALEXACÃO DE CARTA7 EM ESTABEI    | LEI N. 8.353, DE         | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ALEXACÃO DE CARTA7 EM ESTABEI     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE      | LEI N. 9.764, DE         | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE       |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR    | LEI N. 10.025, DE        | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC     | LEI N. 9.159, 20.2.2024  | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC      |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR      | LEI N. 9.522, 10.4.2025  | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR       |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES I    | LEI N. 8.340, 5.11.2020  | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES I     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LO    | LEI N. 8.323, DE         | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LO     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD   | LEI N. 8.324, DE         | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD    |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER    | LEI N. 8.402, 13.4.2021  | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT     | LEI N. 8.985, 26.9.2023  | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT      |              |
|                | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS      | LEI N. 8.574, 10.1.2022  | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS       |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE  | LEI N. 3.541, DE         | DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE   |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE  | DECRETO N. 93.446 DE     | DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE   |              |
|                | DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC   | LEI N. 6.259, DE         | DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC    |              |
|                | DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INC    | PORTARIA M               | DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INC     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO    | RESOLUÇÃO                | DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS   | LEI N. 10.036, DE        | DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS    |              |
|                | DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUILO SISTEMA N   | LEI N. 14.874, 28.5.2024 | DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUILO SISTEMA N    |              |
|                | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO    | LEI N. 9.278, DE         | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO     |              |
|                | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO | RESOLUÇÃO                | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO  |              |
|                | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE AR                             | DECRETO N. 4.073 DE      | REGULAMENTA A LEI Nº 8.159 DE 8 DE JANEIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE |              |
|                | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO SEUS EINS E APLICACÃO | RESOLUÇÃO                | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO SEUS EINS E APLICACÃO  |              |
|                | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SEUS EINS E MEC  | LEI N. 6.938, 31.8.1981  | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SEUS EINS E MEC   |              |
|                | DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA A   | LEI Nº 8.413,            | DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA A    |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                 | Epigrafe                 | Ementa                                                           | Link Externo |
|----------------|-----------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO  | LEI N. 9.509, 14.2025    | DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES | SACOMPAN     |
|                | DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS    | LEI N. 14.744, DE        | DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO M  | NIISTRAÇÃO   |
|                | DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS    | DECRETO N. 12.624 DE     | DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA NO T | AL E PARA    |
|                | DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIM  | LEI N. 8.285, 5.8.2020   | DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS F | DICO LEGA    |
|                | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO  | LEI N. 14.228, DE        | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRG | DE AISO      |
|                | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA D | LEI N. 8.681, 10.6.2022  | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO  | INTROAISO    |
|                | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADOR   | LEI N. 9.476, DE         | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT | BOSSOIE      |
|                | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO   | LEI N. 8.559, DE         | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE | MENTEIDE     |
|                | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTACÔ   | LEI N. 13.993, 23.4.2020 | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS, H   | MEBINES      |
|                | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAC  | LEI N. 9.806, DE         | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN | ORGULHO      |
|                | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO  | LEI N. 9.486, DE         | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA   | DIENESDE     |
|                | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE   | LEI N. 9.146, 10.1.2024  | DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO TRA    | DEQUERO      |
|                | DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E   | LEI N. 15.211, DE        | DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES   | O DIGITAL    |
|                | DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES E   | LEI N. 14.598, 14.6.2023 | DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES                 |              |
|                | DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VO  | LEI N. 8.676, 7.6.2022   | DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES  | LICAS EST    |
|                | DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADE  | PORTARIA M               | DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOIHEADORAS             |              |
|                | DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARB    | LEI N. 8.650, 31.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ   | A DE POLI    |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR    | LEI N. 7.993, 15.2.2018  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ   | IL DO POD    |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR    | LEI N. 8.629, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE | ASSISTEN     |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR    | LEI N. 8.634, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS NO ÂMBITO   | ACOMETA,     |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR    | LEI N. 8.648, 31.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA   | DA DE SE     |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR    | LEI N. 8.626, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA   | ARO À PES    |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR    | LEI N. 8.624, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE   | TIÇO CIVIL   |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR    | LEI N. 8.632, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE   | UNDO DE A    |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR    | LEI N. 8.635, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE   | TADO DE A    |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR    | LEI N. 8.637, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE   | ESTADO       |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                             | Epigrafe                 | Ementa                                                                   | Link Externo |
|----------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO      | LEI N. 8.631, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO           | ESTRADA      |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO      | LEI N. 8.625, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO           | AMBIENTE     |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO      | LEI N. 8.628, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO           | OS PALMA     |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV     | LEI N. 5.882, DE         | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV          | ANIZACÃO     |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIOR     | LEI N. 8.633, 28.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIOR          | ENÚMERO      |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO       | LEI N. 7.889, 16.6.2017  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO            | CELEBRA      |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD       | LEI N. 11.784, 22.9.2008 | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD            | PE.          |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA      | LEI N. 7.114, 5.11.2009  | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA           | ACOMPA       |
|                | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER      | LEI N. 102331, DE        | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER           | INSERIDO     |
|                | DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD     | LEI Nº 8.427             | DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD          | DE MOTIV     |
|                | DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI     | LEI N. 7.197, 28.7.2010  | DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI          | AS PROVID    |
|                | DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA   | LEI N. 12.846, 1.8.2013  | DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA        | RAMAÇÃO      |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, INSTITUÍDO PE | LEI N. 8.369, 12.1.2021  | DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, INSTITUÍDO PE      | 8.231, DE    |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES   | LEI N. 9.852, DE         | LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENC | RVIDORES     |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR     | LEI N. 9.551, 28.5.2025  | DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR          | MINISTRA     |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR     | LEI N. 8.649, 31.3.2022  | DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR          | MINISTRA     |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR     | LEI N. 8.947, 24.8.2023  | DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR          | MINISTRA     |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO       | LEI N. 8.700, 30.6.2022  | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO            | UNÇÕES E     |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO       | LEI N. 8.585, 19.1.2022  | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO            | UNÇÕES E     |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÕES     | LEI N. 8.674, 7.6.2022   | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÕES          | AS DO VOS    |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS      | LEI N. 8.678, 9.6.2022   | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS           | STADO DE     |
|                | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS      | LEI Nº 8.419             | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS           | INDICAR      |
|                | DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAIS    | LEI N. 9.007, DE         | DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAIS         | CONDIÇÃO     |
|                | DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS     | RESOLUÇÃO                | DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS          | DE PESSOA    |
|                | DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER       | LEI N. 8.080, 19.9.1990  | DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER            | RECONDA      |
|                | DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI    | LEI N. 8.296, DE         | DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI         | 2021, NOS    |



# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                 | Epigrafe                    | Ementa                                                              | Link Externo |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI        | LEI N. 14.791, DE 2024      | DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI    | 2024 E DÁ    |
|                | DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO        | DECRETO N. 11.484, DE 2023  | DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO    | ESPECIFICAR  |
|                | DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE     | LEI N. 8.868, DE 12.6.2023  | DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE | A FORMA Q    |
|                | DISPÕE SOBRE AS INERÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI         | DECRETO N. 6.514, DE 2023   | DISPÕE SOBRE AS INERÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI     | OPERACION    |
|                | DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE S | DECRETO N. 69.530, DE 2023  | DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE S       | PORTÂNCIA    |
|                | DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A        | LEI N. 6.605, DE 30.6.2005  | DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A    | AS PROVIDE   |
|                | DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS S          | DECRETO N. 33.870, DE 2023  | DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS S      | SANCIONA     |
|                | DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL         | LEI N. 9.060, DE 2023       | DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL     | COMO O PA    |
|                | DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES                                       | LEI N. 3.765, DE 4.5.1960   | DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES                                   |              |
|                | DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA         | LEI N. 5.821, DE 2023       | DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA     | ROVIDENÇA    |
|                | DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS        | LEI N. 8.429, DE 2.6.1992   | DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS    | DIVULGAÇÃO   |
|                | DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M        | PORTARIA N. 33.861, DE 2023 | DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M    | JANTO DU     |
|                | DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES          | LEI N. 8.087, DE 11.1.2019  | DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES      | VO ESTAD     |
|                | DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO         | PORTARIA N. 33.861, DE 2023 | DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO     | AS.          |
|                | DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O         | RESOLUÇÃO N. 13.1, DE 2025  | DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O     | ADMISSÃO     |
|                | DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST       | LEI N. 15.100, DE 13.1.2025 | DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST   | BAIXA SA     |
|                | DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNIC         | LEI N. 9.511, DE 1.4.2025   | DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNIC     | ESMASSNO     |
|                | DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó        | LEI N. 9.028, DE 2023       | DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó    | DAÇÃO P      |
|                | DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER         | LEI N. 8.522, DE 2023       | DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER     | SOCIAIS E    |
|                | DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE          | LEI N. 15.117, DE 2.4.2025  | DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE      |              |
|                | DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACEF         | LEI N. 12.664, DE 5.6.2012  | DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACEF     | DE DOEN      |
|                | DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRG            | LEI N. 8.503, DE 27.9.2021  | DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRG        | SÉGUINCA     |
|                | DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO        | LEI N. 13.243, DE 11.1.2016 | DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO    | COMO DE      |
|                | DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA         | LEI N. 5.237, DE 17.7.1991  | DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA     | ENTRADA      |
|                | DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDE        | LEI N. 8.539, DE 2023       | DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDE    |              |
|                | DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D          |                             | DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D      | INFRAÇÃO     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                             | Epigrafe                         | Ementa                                                                 | Link Externo                                                           |
|----------------|-----------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
|                | DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES                 | DECRETO N. 26.320, DE 18.11.2022 | DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI        | E 18.11.2022                                                           |
|                | DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE            | LEI N. 8.754, DE 8.11.2022       | DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS      | DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS      |
|                | DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL              | LEI N. 14.254, DE 18.11.2022     | DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA  | DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA  |
|                | DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA             | LEI Nº 14.151, DE 18.11.2022     | DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES        | DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES        |
|                | DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA            | LEI N. 8.315, DE 22.9.2020       | DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE         | DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE         |
|                | DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS              | LEI N. 8.291, DE 5.8.2020        | DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM          | DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM          |
|                | DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL             | LEI N. 8.738, DE 2.8.2022        | DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE     | DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE     |
|                | DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS       | LEI Nº 9.433, DE 18.11.2022      | DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS NO ESTADO DE ALAGOAS     | DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS NO ESTADO DE ALAGOAS     |
|                | DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL        | LEI N. 9.874, DE 18.11.2022      | DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO      | DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO      |
|                | DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES          | LEI N. 9.521, DE 10.4.2025       | DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E       | DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E       |
|                | DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL            | DECRETO N. 11.722, DE 18.11.2022 | DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU      | DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU      |
|                | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE       | DECRETO N. 11.833, DE 18.11.2022 | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE                          | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE                          |
|                | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES     | DECRETO Nº 11.482, DE 18.11.2022 | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA      | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA      |
|                | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO | DECRETO N. 11.480, DE 18.11.2022 | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL         | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL         |
|                | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS       | DECRETO N. 11.480, DE 18.11.2022 | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS             | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS             |
|                | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS       | DECRETO N. 11.483, DE 18.11.2022 | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA          | DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA          |
|                | DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO   | RESOLUÇÃO N. 024, DE 18.11.2022  | DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E          | DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E          |
|                | DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO   | RESOLUÇÃO N. 026, DE 18.11.2022  | DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E          | DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E          |
|                | DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO  | LEI N. 8.352, DE 18.11.2022      | DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEN        | DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEN        |
|                | DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS  | PORTARIA Nº 18.11.2022           | DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS           | DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS           |
|                | DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO        | LEI N. 9.786, DE 8.2.1999        | DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS  | DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS  |
|                | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA                | LEI N. 8.906, DE 4.7.1994        | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS           | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS           |
|                | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE                   | LEI N. 10.257, DE 10.7.2001      | REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTABELECIDOS   | REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTABELECIDOS   |
|                | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA                    | LEI N. 4.504, DE 18.11.2022      | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS              | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS              |
|                | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR       | LEI N. 10.671, DE 15.5.2003      | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS |
|                | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO                    | LEI N. 6.001, DE 18.11.2022      | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO                                       | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO                                       |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                             | Epigrafe                       | Ementa                                                                                            | Link Externo |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1954 | LEI N. 1.806, 18.9.1954        | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1954               |              |
|                | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES                                               | LEI N. 6.880, 9.12.1980        | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES                                                             |              |
|                | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS - 1992         | LEI N. 5.346, 26.5.1992        | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS - 1992                       | PROVIDÊNCIAS |
|                | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976                   | LEI N. 3.696, DE               | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976                       | PROVIDÊNCIAS |
|                | DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA                                  | LEI N. 13.103, 2.03.2015       | DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA - ALTERA A CONDIÇÃO DE TRABALHO DO TRABALHADOR | S DO TRABA   |
|                | DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE                      | LEI N. 13.475, 28.8.2017       | DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE                                    | ONAUTA; E    |
|                | DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS               | LEI N. 9.592, 14.7.2025        | DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS                             | RATIVAS P    |
|                | DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEIROS                   | LEI N. 8.668, 19.5.2022        | DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEIROS                                 | ADO DE AL    |
|                | DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP) E SOBRE O PRODUTOS        | LEI N. 13.756, DE              | DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP) E SOBRE O PRODUTOS                      | O PRODUT     |
|                | DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES                      | DECRETO N. 37.615, DE          | DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES                                    | VOICETAL     |
|                | DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS           | LEI N. 5.900, DE               | DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS                         | ESTADUAL     |
|                | DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO                   | LEI N. 8.685, 21.6.2022        | DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO                                 | OS, APENA    |
|                | DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX - NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS         | LEI N. 9.428, DE               | DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX - NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS                       | UTRAS PR     |
|                | DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO PARTO                | LEI N. 8.518, 7.10.2021        | DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO PARTO                              | Á OUTRAS     |
|                | DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO RELACIONADO AO GOVERNO  | RESOLUÇÃO N. 11.460, 21.3.2007 | DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO RELACIONADO AO GOVERNO                | GO DE PR     |
|                | DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS                      | LEI N. 8.311, 9.9.2020         | DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS                                    | ONSERVA      |
|                | DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE VEÍCULOS             | LEI N. 8.488, DE               | DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE VEÍCULOS                           | DRES, PRO    |
|                | DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE ATENDE O DO ESPORTE   | DECRETO N. 58.689, DE          | DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE ATENDE O DO ESPORTE                 | O DO ESP     |
|                | DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO                 | LEI N. 6.771, DE               | DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO                               | E ALAGOA     |
|                | DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS  | LEI N. 9.868, DE               | DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS                | PROVIDÊNC    |
|                | DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO               | LEI N. 8.984, 26.9.2023        | DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO                             | ÇÃO D        |
|                | DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERAPIA                  | DECRETO N. 109.405, DE         | DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERAPIA                                | NCIÊNCIA     |
|                | DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDOS                   | LEI N. 9.615, 18.7.2025        | DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDOS                                 | ÓRGÃOS E     |
|                | DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO - RIA PARA AVALIAÇÃO          | LEI N. 8.613, 18.7.2025        | DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO - RIA PARA AVALIAÇÃO                        | ÇÃO          |
|                | DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PESSOAL               | LEI N. 8.646, 31.3.2022        | DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PESSOAL                             | SECTORIA     |

Secção de Informática

[illegible]

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                              | Epigrafe                   | Ementa                                                                    | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO                         | LEI N. 9.096, DE 19.9.1995 | DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO                              |              |
|                | DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVOS OS EIXOS ESTRATÉGICOS E      | DECRETO N. 11.821 DE       | DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVOS OS EIXOS ESTRATÉGICOS E           | QUANTO A     |
|                | DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E       | INSTRUÇÃO                  | DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E            | DETERMINAÇÃO |
|                | DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOPTADOS NO PROCESSO DE       | INSTRUÇÃO                  | DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOPTADOS NO PROCESSO DE            | SEMPRE QUE   |
|                | DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS     | RESOLUÇÃO                  | ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 00.070/95, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1994, QUE DIS       | CEDIMENTOS   |
|                | DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS        | DECRETO N. 40 DE           | DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS             | DE VOTAÇÃO   |
|                | DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO A ME        | DECRETO N. 69.225 DE       | DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO A ME             | GOVERNADOR   |
|                | DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇÃO    | LEI N. 14.327, 13.4.2022   | DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇÃO         | ARRESTATOS   |
|                | DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO      | LEI N. 12.705, 8.8.2012    | DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO           | CARREIRA     |
|                | DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDICA    | LEI Nº 8.467, 15.4.2020    | DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDICA         | REDAÇÃO      |
|                | DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE       | LEI N. 6.555, DE           | DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE            | VEÍCULOS     |
|                | DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO      | LEI N. 13.989, 15.4.2020   | DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO           | (S-COV-2).   |
|                | DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM      | LEI N. 14.063, DE          | DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM           | EM A BOB     |
|                | DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01   | LEI N. 14.358, 1.6.2022    | DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01        |              |
|                | DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO | LEI N. 13.460, 26.6.2017   | DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO      | S PÚBLICO    |
|                | DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D      | LEI N. 14.129, 29.3.2021   | DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D           | MENTO DO     |
|                | DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR   | LEI N. 9.271, 11.6.2024    | DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR        | ESTANTE E    |
|                | DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN      | LEI N. 8.630, 28.3.2022    | DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN           | S E REFOR    |
|                | DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI    | LEI N. 6.442, DE           | DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI         | COMPETÊN     |
|                | DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SINGULA DO                         | LEI N. 14.039, 17.8.2020   | ALTERA A LEI Nº 8.906, DE 04.07.1994 (Estatuto da OAB) E O DECRETO-LEI    | 46, PARA D   |
|                | DISPÕE SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO                                 | LEI N. 14.141, 19.4.2021   | ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080, DE 19.09.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) E | ELICIA MES   |
|                | DOAÇÃO DE ÓRGÃOS                                                     | LEI N. 10.211, 23.3.2001   | ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434, DE 4.2.1997 QUE DISPÕE SOBRE A    | OS, TECID    |
|                | DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)                                                  | LEI N. 5.659, DE           | AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS COM           |              |
|                | EDUCAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICA ESTADUAL DE                             | LEI N. 7.804, 17.6.2016    | DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE        | TAL, E DÁ    |
|                | EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO)                             | LEI N. 7.790, 22.1.2016    | TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE            | AS ESCOL     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                 | Epigrafe                         | Ementa                                                                                                   | Link Externo |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO)              | LEI N. 7.788, 22.1.2016          | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO                                           | OLAS DAS     |
|                | EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)    | LEI N. 7.795, 22.1.2016          | APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS                                       |              |
|                | EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)                                        | LEI N. 7.800, 5.5.2016           | INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA "ESCOLA LIVRE"                               | izada pelo C |
|                | EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PRECATORIO                          | LEI N. 3.791, 5.12.1977          | DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALISTAS                                     | TAR DE A     |
|                | EMBRIAGUEZ AO VOLANTE                                                   | LEI N. 11.275, 7.2.2006          | ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503, 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO | DE TRÂNS     |
|                | ENSINO ESTATUTO PROMOÇÃO SUBSÍDIOS                                      | LEI N. 7.358, 6.6.2012           | FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR                                        | MEIROS M     |
|                | ENSINO PROMOÇÃO                                                         | LEI N. 4.984, 11.5.1988          | DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1982, ACRESCENTANDO O INCISO II             | AO INCIS     |
|                | ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCONVIA         | LEI N. 8.538, 18.7.2025          | ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCONVIA                                          | O DE FICAR   |
|                | ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P         | LEI N. 8.885, 18.7.2025          | ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P                                          | FAÇÃO DE     |
|                | ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA     | LEI N. 15.133, 6.5.2025          | ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA                                      | DE (SUS) D   |
|                | ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENSAGENS                               | LEI N. 12.006, 29.7.2009         | ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO                      | SILEIRO, P   |
|                | ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FISCALIA | DECRETO N. 95.022, DE 19.7.2009  | ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FISCALIA                                  | INSUAMOM     |
|                | ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENTOS PEL          | DECRETO N. 88.653, DE 19.7.2009  | ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENTOS PEL                                           | RESUNCEA     |
|                | ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDAÇÃO, A        | DECRETO N. 9.191, DE 19.7.2009   | ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDAÇÃO, A                                         | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EL          | DECRETO N. 23.532, DE 19.7.2009  | ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EL                                           | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS        | LEI N. 8.536, 18.7.2025          | ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS                                         | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL        | LEI N. 8.536, 18.7.2025          | ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL                                         | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL        | LEI N. 8.536, 18.7.2025          | ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL                                         | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D          | RESOLUÇÃO N. 1.191, DE 19.7.2009 | ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D                                           | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D          | RESOLUÇÃO N. 1.191, DE 19.7.2009 | ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D                                           | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PR         | RESOLUÇÃO N. 1.191, DE 19.7.2009 | ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PR                                          | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó          | PORTARIA N. 1.191, DE 19.7.2009  | ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó                                           | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS          | PORTARIA N. 1.191, DE 19.7.2009  | ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS                                           | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D        | LEI N. 14.260, 8.12.2021         | ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D                                         | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV         | LEI N. 8.986, 26.9.2023          | ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV                                          | DE FICAR     |
|                | ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A A        | DECRETO N. 9.191, DE 19.7.2009   | ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A A                                         | DE FICAR     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                              | Epigrafe                         | Ementa                                                               | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS         | PORTARIA Nº 1.858, DE 19.08.2019 | ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS         |              |
|                | ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO         | LEI N. 7.858, DE 19.08.2019      | ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO         |              |
|                | ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO                         | LEI N. 9.504, DE 30.9.1997       | ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO                         |              |
|                | ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL       | DECRETO N. 37.119, DE 19.08.2019 | ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL       |              |
|                | ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS         | DECRETO N. 95.480, DE 19.08.2019 | ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS         |              |
|                | ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022              | DECRETO N. 37.119, DE 19.08.2019 | ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022              |              |
|                | ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE        | LEI N. 8.829, DE 21.3.2023       | ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE        |              |
|                | ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MULHER | LEI N. 9.740, DE 19.08.2019      | ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MULHER |              |
|                | ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE     | DECRETO N. 54.976, DE 19.08.2019 | ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE     |              |
|                | ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA        | LEI N. 7.820, DE 27.9.2016       | ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA        |              |
|                | ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO     | LEI N. 9.518, DE 10.4.2025       | ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO     |              |
|                | ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A   | LEI Nº 9.095, DE 19.08.2019      | ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A   |              |
|                | ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO        | DECRETO Nº 1.846, DE 19.08.2019  | ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO        |              |
|                | ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA      | LEI N. 8.266, DE 9.6.2020        | ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA      |              |
|                | ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO        | LEI N. 8.103, DE 16.4.2019       | ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO        |              |
|                | ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT    | LEI N. 7.906, DE 26.7.2017       | ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT    |              |
|                | ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT    | LEI N. 12.965, DE 23.4.2014      | ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT    |              |
|                | ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D    | LEI N. 9.441, DE 19.08.2019      | ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D    |              |
|                | ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P      | LEI N. 8.329, DE 19.08.2019      | ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P      |              |
|                | ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOHIMENTO          | LEI N. 8.657, DE 25.4.2022       | ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOHIMENTO          |              |
|                | ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO       | LEI N. 9.473, DE 20.1.2025       | ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO       |              |
|                | ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA     | LEI N. 11.910, DE 18.3.2008      | ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA     |              |
|                | ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE            | LEI N. 9.622, DE 21.7.2025       | ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE            |              |
|                | ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RAÇAS DE ANIMA       | DECRETO N. 41.375, DE 19.08.2019 | ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RAÇAS DE ANIMA       |              |
|                | ESTABELECE O ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS                   | DECRETO N. 24.129, DE 19.08.2019 | ESTABELECE O ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS                   |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                     | Epigrafe                        | Ementa                                                                      | Link Externo |
|----------------|---------------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS       | DECRETO N. 20.785, DE 17.3.1964 | DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O                 | ANÇA PÚBLICA |
|                | ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO | LEI N. 4.320, DE 17.3.1964      | ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CO            | MEIOS E      |
|                | ESTATUTO                                    | LEI N. 6.803, DE 14.2.2007      | DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1     | S POLICIAIS  |
|                | ESTATUTO                                    | LEI N. 7.657, DE 10.9.2014      | ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII    | IGO, DA LEI  |
|                | ESTATUTO                                    | LEI N. 5.751, DE                | ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE |              |
|                | ESTATUTO                                    | LEI N. 5.358, DE 1.7.1992       | ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS              |              |
|                | ESTATUTO                                    | LEI N. 5.729, DE 18.9.1995      | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992 E ADOTA OUT      | S. (Em dec   |
|                | ESTATUTO                                    | LEI N. 5.941, DE 31.7.1997      | ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346, DE 26 DE MAIO DE     | PELA LEI 5   |
|                | ESTATUTO                                    | LEI N. 6.150, DE 11.5.2000      | MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5        | DE 1992 (    |
|                | ESTATUTO                                    | LEI N. 7.126, DE                | ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 19    | LEI Nº 6.51  |
|                | ESTATUTO                                    | LEI N. 6.290, DE 3.4.2002       | REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, D         | 92, E DÁ O   |
|                | ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE        | LEI N. 8.069, DE 13.7.1990      | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS             |              |
|                | ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA          | LEI N. 13.146, DE 6.7.2015      | INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST       | COM DEFICI   |
|                | ESTATUTO DO IDOSO                           | LEI N. 10.741, DE 1.10.2003     | DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS                   |              |
|                | ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO                | LEI N. 5.046, DE                | DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696, DE 2         | 1976, DA L   |
|                | ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA        | LEI N. 4.423, DE                | ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPÇÃO DA COMPLEMENT              | OS INSTIT    |
|                | ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO EST    | LEI N. 9.454, DE 3.1.2025       | ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE           | DE 2025.     |
|                | EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES                      | LEI N. 9.051, DE 18.5.1995      | DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E           | S DE SITU    |
|                | EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO        | LEI N. 8.661, DE 26.4.2022      | EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM             | CONDUZA      |
|                | EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR      | LEI Nº 13.967, DE 18.5.1992     | ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969, PARA EX      | PRISÃO D     |
|                | FIXAÇÃO DE EFETIVO                          | LEI N. 5.339, DE 18.5.1992      | ALTERA A LEI Nº 5.285, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE FIXA O EFETIVO DA     | O ESTADO     |
|                | FIXAÇÃO DE EFETIVO                          | LEI N. 5.285, DE                | FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS          |              |
|                | FIXAÇÃO DE EFETIVO                          | LEI N. 6.400, DE 15.8.2003      | DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE           | AS PROV      |
|                | FIXAÇÃO DE EFETIVO                          | LEI N. 5.178, DE                | FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS          |              |
|                | FIXAÇÃO DE EFETIVO                          | LEI N. 6.231, DE 19.4.2001      | FIXA O EFETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO E          | PARA OS      |
|                | FIXAÇÃO DE EFETIVO                          | LEI N. 5.476, DE                | FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS          | evogada pe   |



# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                    | Epigrafe                 | Ementa                                                                                             | Link Externo |
|----------------|--------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | EIXACÃO DE FEETIVO                         | LEI N. 7.372, 3.7.2012   | DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS                          | AS PROVI     |
|                | EIXACÃO DE FEETIVO                         | LEI N. 5.030, 2.12.1988  | EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC                                 |              |
|                | EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTAD | LEI N. 4.420, DE         | EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS                                 | ADO EM 5     |
|                | EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADIA    | LEI N. 9.056, 8.11.2023  | EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADIAIS NOS TERMOS DOS SS 1º E                                   | INSTITUIÇ    |
|                | EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C     | LEI N. 8.317, 23.9.2020  | EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OEICIAL D                                 | DAS – PO/A   |
|                | EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE &quot;MOT     | LEI N. 4.179, DE         | EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE &quot;MOTORISTA MECÂNICO&quot; DO OI                                  | DE JUSTI     |
|                | FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIO       | DECRETO N. 24.647 DE     | DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL                                      | GOAS - FO    |
|                | ELUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA     | ACÓRDÃO N                | ELUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADEQUACÃO                                   | ERVIÇO N     |
|                | FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL) | LEI N. 4.193, DE         | DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694 DE 16 DE DEZEMBR                              | OS, DÁ NO    |
|                | FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL) | LEI N. 3.694, DE         | CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL – FUNERPOL – E DÁ                                  | CIAS. (Rev   |
|                | FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL) | LEI N. 4.178, DE         | ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 1º 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3                           | U O FUND     |
|                | FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F     | LEI N. 7.012, DE         | INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAG                                   |              |
|                | FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F     | DECRETO N. 11.225 DE     | DÁ NOVA REDACÇÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012 D                             | DE 2008, C   |
|                | GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI      | DECRETO N. 20.786 DE     | DISPÕE SOBRE A ORGANIZACÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S                                    | A ESTADUA    |
|                | GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI      | DECRETO N. 3.566 DE      | DISPÕE SOBRE A REORGANIZACÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA D                                     | ICA – GGI    |
|                | GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)   | DECRETO N. 1.806 DE      | APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126 de 8.4.2009.) |              |
|                | GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)       | DECRETO N. 31.762 DE     | DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR                                               |              |
|                | GARANTE PRIORIDADE DE VACINACÃO DA CO      | LEI Nº 8.537             | GARANTE PRIORIDADE DE VACINACÃO DA COVID-19 AOS GENITORES TITOE                                    | ÉCONOSI      |
|                | GRATIEICACÃO DE REPRESENTACÃO (AMT E       | LEI N. 6.635, DE         | REALISTA VENCIMENTO BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL                                       | DER JUDI     |
|                | GRATIEICACÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)          | LEI N. 5.036, DE         | INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIEICACÕES D                                | RUÇÃO. (F    |
|                | IINSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACI | LEI N. 14.769, DE        | IINSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO                                           |              |
|                | IINSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA        | LEI N. 14.749, 5.12.2023 | IINSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA                                                                |              |
|                | INCLUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZACÃO E C    | LEI N. 9.152, 19.1.2024  | INCLUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZACÃO E COMRATE AO RELACIONAMENTO                                    | NDÁRIO O     |
|                | INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS    | LEI N. 8.546, DE         | INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI                                  |              |
|                | INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS    | LEI N. 8.569, 4.1.2022   | INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O D                                   | TURA ALA     |
|                | INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS    | LEI N. 8.584, 19.1.2022  | INCLUI NO CALENDÁRIO OEICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI                                  | ADRILHEIR    |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                            | Epigrafe                 | Ementa                                                                 | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS            | LEI N. 8.570, 4.1.2022   | INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI      | SGAE.        |
|                | INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA             | LEI N. 14.231, DE        | INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL N       | ÁUDE DA F    |
|                | INIBIR O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA PO            | LEI N. 11.705, 19.6.2008 | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO | Nº 9.294,    |
|                | INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS       | LEI N. 8.461, 23.6.2021  | INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTAD        | DÁ OUTRA     |
|                | INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA             | LEI N. 8.974, 20.9.2023  | INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES       | AS DE ENS    |
|                | INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE"            | LEI N. 8.370, 12.1.2021  | INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO     |              |
|                | INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO          | LEI N. 14.539, 31.3.2023 | INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA        |              |
|                | INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO            | LEI N. 8.972, 20.9.2023  | INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO      | ROVIDÊN      |
|                | INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE            | DECRETO N. 11.440 DE     | INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE    |              |
|                | INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL            | LEI N. 8.403, 14.4.2021  | INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESC    | ADUAL DE     |
|                | INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO         | DECRETO N. 11.003 DE     | INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOM     |              |
|                | INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO | DECRETO N. 10.988 DE     | INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL   | COMITÊ D     |
|                | INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA        | DECRETO N. 11.822 DE     | INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION      |              |
|                | INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO           | PORTARIA M               | INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL | PENAI.       |
|                | INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO           | LEI N. 13.445, 24.5.2017 | INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO                   |              |
|                | INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE                    | LEI N. 14.597, 14.6.2023 | INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE                                        |              |
|                | INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL         | LEI N. 7, DE             | INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E      | CORRELAT     |
|                | INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS      | LEI N. 14.735, DE        | INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS. DISPÕE SOBRE SU   | DE FUNCIO    |
|                | INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS      | LEI N. 14.751, DE        | INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPO    | RITÓRISS     |
|                | INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA          | LEI N. 6.417, 7.11.2003  | INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E        | S PROVID     |
|                | INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA          | LEI Nº 6.417             | INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E        | S PROVID     |
|                | INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES           | LEI N. 8.145, 19.8.2019  | INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA     | PROVISO      |
|                | INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE           | LEI N. 9.720, 7.11.2025  | INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS DENOMINADA ALA        | DISPÕE S     |
|                | INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL       | LEI N. 9.215, 15.4.2024  | INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D     | ÍNICA MILIT  |
|                | INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL            | LEI N. 8.531, DE         | INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAD     | À OUTRAS     |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO           | LEI N. 10.041, DE        | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO – PAPE, NO   | D DE ALAG    |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                | Epigrafe                 | Ementa                                                                      | Link Externo |
|----------------|------------------------------------------------------------------------|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO                                | LEI N. 8.702, 6.7.2022   | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO         | PÚBLICA      |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO                            | LEI N. 8.336, 5.11.2020  | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDROME        | NA REDE      |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO                           | LEI N. 8.603, 22.2.2022  | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EXAMES       | ORES DE      |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE                          | LEI N. 9.312, 15.7.2024  | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS          | VIDÊNCIAS    |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO                              | LEI N. 8.373, 12.1.2021  | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTADO         |              |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO                              | LEI N. 8.698, 27.6.2022  | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO PRECOCE E INÍCIO        | DO CÂNCER    |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO                               | LEI N. 9.746, DE         | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM         | DÉFICIT      |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO                               | LEI N. 10.055, DE        | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS     | ESCENTES     |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL                           | LEI N. 8.971, 20.9.2023  | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIVADA      | ESTADO D     |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO                          | LEI N. 9.058, DE         | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DISPÕE SOBRE       | EMPRESAS     |
|                | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINÍPIR" DE COMBATE                      | LEI N. 9.767, DE         | INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINÍPIR" DE COMBATE A INTIMIDADE RACIAL E A   | ADOSEMA      |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO                          | DECRETO N. 11.820, DE    | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE SOBRE      | ONAL DE A    |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA                            | LEI N. 14.914, 3.7.2024  | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)              |              |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO                                | LEI N. 14.819, 16.1.2024 | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDADES        |              |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS                       | LEI N. 13.812, 16.3.2019 | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CRIANÇAS    | ORONAL DE    |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO                        | LEI N. 14.722, 8.11.2023 | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOAÇÃO DE      | E DE ÓRG     |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES                    | LEI N. 14.232, DE        | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM        | A AS MULH    |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO                               | LEI N. 14.533, 11.1.2023 | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº        | LEI DE T     |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO                | DECRETO N. 9.607, DE     | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS         |              |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO                            | LEI N. 15.139, 23.5.2025 | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PATERNAL      | ESPÓR        |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE                   | LEI N. 14.758, DE        | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO           | NEÇÃO        |
|                |                                                                        | LEI N. 12.764, DE        |                                                                             |              |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL                            | LEI N. 14.572, 8.5.2023  | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO      | ESPECÍF      |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA             | LEI N. 14.821, 16.1.2024 | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO | QUA L        |
|                | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS        | DECRETO N. 11.079, DE    | INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS             | ÇÃO DE F     |
|                | INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVADORIAS PÚBLICAS | LEI N. 8.375, 18.1.2021  | INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVADORIAS PÚBLICAS      | CA.          |
|                |                                                                        |                          |                                                                             | ESTADO D     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                | Epigrafe                    | Ementa                                                                 | Link Externo                                                           |
|----------------|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
|                | INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: R    | LEI N. 12.587, DE           | INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: R    | SDOS, DE                                                               |
|                | INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLV        | LEI N. 9.711, DE            | INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLV        | GEM (TDL)                                                              |
|                | INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE                           | LEI N. 9.714, DE 7.11.2025  | INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE                           | INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE                           |
|                | INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX        | LEI N. 8.808, DE 13.1.2023  | INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX        | INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX        |
|                | INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENT      | LEI N. 8.696, DE 27.6.2022  | INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENT      | SURA LÁBI                                                              |
|                | INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO        | LEI N. 14.543, DE 3.4.2023  | INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO        | OUTUBRE                                                                |
|                | INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA                   | LEI N. 14.549, DE 13.4.2023 | INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA                   | INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA                   |
|                | INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE       | LEI N. 8.358, DE 3.12.2020  | INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE       | RAS PROV                                                               |
|                | INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECI      | RESOLUÇÃO                   | INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECI      | D.                                                                     |
|                | INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRI     | LEI N. 7.451, DE 13.3.2013  | INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRI     | DO ESTAD                                                               |
|                | INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE       | DECRETO N. 11.514 DE        | INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE       | MINISTÉRI                                                              |
|                | INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A       | LEI N. 14.811, DE 12.1.2024 | INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A       | PÚBLICA                                                                |
|                | INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS P      | LEI N. 9.696, DE            | INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS P      | S NO ESTAD                                                             |
|                | INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE         | DECRETO N. 69.527 DE        | INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE         | IMPORTÂNC                                                              |
|                | INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE         | DECRETO N. 69.529 DE        | INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE         | IMPORTÂNC                                                              |
|                | INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE         | DECRETO N. 69.502 DE        | INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE         | IMPORTÂNC                                                              |
|                | INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTA    | LEI N. 6.568, DE 6.1.2005   | INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTA    | ISTEMA D                                                               |
|                | INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME     | LEI N. 8.338, DE 5.11.2020  | INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME     | DEFENSOR                                                               |
|                | INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO     | LEI N. 8.592, DE 22.2.2022  | INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO     | MBATER C                                                               |
|                | INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO      | LEI N. 8.653, DE 13.4.2022  | INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO      | À OUTRAS                                                               |
|                | INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN       | LEI N. 9.615, DE 24.3.1998  | INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN       | S PROVIDE                                                              |
|                | INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS         | LEI N. 8.666, DE 21.6.1993  | INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS         | PROVIDEN                                                               |
|                | INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDOR       | LEI N. 8.581, DE 19.1.2022  | INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDOR       | SOCIAÇÃO                                                               |
|                | INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19 | LEI N. 14.237, DE           | INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19 | INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19 |
|                | INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR    | LEI N. 14.342, DE 18.5.2022 | INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR    | RAS, E                                                                 |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                           | Epigrafe                 | Ementa                                                                 | Link Externo |
|----------------|-------------------------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE                           | LEI N. 8.303, 25.8.2020  | INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES     |              |
|                | INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA                           | LEI N. 8.254, DE         | INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO      |              |
|                | INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO                            | LEI N. 9.716, DE         | INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO         |              |
|                |                                                                   | LEI N. 8.039, 6.9.2018   |                                                                        |              |
|                | INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO                            | LEI N. 5.077, 12.6.1989  | INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS                      |              |
|                | INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA                       | DECRETO N. 95.602, DE    | INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO      |              |
|                | INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS | DECRETO N. 8.750, DE     | INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES                   |              |
|                | INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL                    | LEI N. 14.324, 12.4.2022 | INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF    |              |
|                | INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA                     | LEI N. 8.684, 14.6.2022  | INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS     |              |
|                | INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER                           | LEI N. 8.322, DE         | INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O       |              |
|                | INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO                            | LEI N. 14.262, DE        | INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO                                 |              |
|                | INSTITUI O DIA DO REI PELÉ                                        | LEI N. 14.909, 1.7.2024  | INSTITUI O DIA DO REI PELÉ                                             |              |
|                | INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REV                          | LEI N. 14.402, 8.7.2022  | INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO-LEI Nº 5.540, D  |              |
|                | INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERM                            | LEI N. 8.706, 6.7.2022   | INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD      |              |
|                | INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR"                     | LEI N. 8.276, 13.7.2020  | INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES |              |
|                | INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR                               | LEI N. 8.752, 8.11.2022  | INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO                         |              |
|                | INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍ                         | LEI N. 8.939, 14.8.2023  | INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTIC   |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇ                          | LEI N. 14.916, 5.7.2024  | INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓP      |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEG                           | LEI N. 14.798, 5.1.2024  | INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA                        |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PRO                           | LEI N. 14.139, 16.4.2021 | INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA         |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRE                           | LEI N. 14.545, 4.4.2023  | INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA                           |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VI                          | LEI N. 14.622, 17.7.2023 | INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR                  |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA                            | LEI N. 14.792, 5.1.2024  | INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA                                 |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TOR                          | LEI N. 14.797, 5.1.2024  | INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA                           |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇ                          | LEI N. 14.404, 11.7.2022 | INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOP      |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇ                          | LEI N. 14.623, 17.7.2023 | INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RE      |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                                   | Epigrafe                        | Ementa                                                                                    | Link Externo |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO                                                | LEI N. 14.915, 5.7.2024         | INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS                      |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER                 | LEI N. 15.382, 9.04.2026        | INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER                 |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPRITISMO                                                     | LEI N. 14.354, 30.5.2022        | INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPRITISMO                                                     |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK                                                          | LEI N. 14.940, 30.7.2024        | INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK                                                          |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DO FEMINISMO                                                      | LEI N. 14.919, 5.7.2024         | INSTITUI O DIA NACIONAL DO FEMINISMO                                                      |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMOTERAPEUTA                                                  | LEI N. 14.908, 1.7.2024         | INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMOTERAPEUTA                                                  |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL                                                 | LEI N. 14.329, 4.5.2022         | INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL                                                 |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA                                      | LEI N. 14.594, 2.6.2023         | INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA                                      |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO                                           | LEI N. 14.140, 19.4.2021        | INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO                                           |              |
|                | INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO                                                     | PORTARIA Nº 1.149, 10.6.2024    | INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO                                                     |              |
|                | INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA                    | LEI N. 12.288, 20.7.2010        | INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA                    |              |
|                | INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL                                                   | LEI N. 12.852, 5.8.2013         | INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL                                                   |              |
|                | INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS                    | LEI N. 14.238, 14.1.2009        | INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS                    |              |
|                | INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS                         | LEI N. 15.378, 6.04.2026        | INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS                         |              |
|                | INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS                                                             | LEI N. 11.904, 14.1.2009        | INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS                                    |              |
|                | INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO DOENTE                                                | LEI N. 15.378, 6.04.2026        | INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO DOENTE                                                |              |
|                | INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE                | LEI Nº 14.149, 10.6.2024        | INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE                |              |
|                | INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO                       | DECRETO N. 10.689, DE 11.4.2025 | INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO                       |              |
|                | INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL | DECRETO N. 11.485, DE 11.4.2025 | INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL |              |
|                | INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR                | DECRETO N. 11.487, DE 11.4.2025 | INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR                |              |
|                | INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIGADA                    | LEI Nº 15.358, 11.4.2025        | INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIGADA                    |              |
|                | INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR                        | LEI N. 15.358, 11.4.2025        | INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR                        |              |
|                | INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL (LEI RAUL                 | LEI N. 14.328, 20.4.2022        | INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL                           |              |
|                | INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER                            | LEI N. 9.7033, 7.11.2025        | INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER                            |              |
|                | INSTITUI O MÊS MARCO ROJO                                                                 | LEI Nº 15.358, 11.4.2025        | INSTITUI O MÊS MARCO ROJO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO               |              |
|                | INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO                          | DECRETO N. 10.906, DE 10.9.2024 | INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO                          |              |
|                | INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO                                 | DECRETO N. 10.906, DE 10.9.2024 | INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO                                 |              |

Secção de Informática

ZANTES E  
BADOPO  
S.  
ROVIDÊNC  
SOCIAIS  
OAS – PPI  
DE COMÊN  
ESÃO CON  
ÁSIOAS DE  
SPONESTO  
LEI Nº 13.4  
O ESTADO  
AGESTAN  
ÇÃO VERE  
DÁ OUTRA  
AS PROV  
ASILEIRO  
BREANO

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                      | Epigrafe                 | Ementa                                                               | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENEREN       | DECRETO N. 10.701, DE    | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT      | PLESCENT     |
|                | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCE        | DECRETO N. 11.946, DE    | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO                  |              |
|                | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMO        | DECRETO N. 11.106, DE    | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO       | SOOSIPR      |
|                | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTE        | DECRETO N. 12.439, DE    | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL       | ATOS E O     |
|                |                                              | LEI N. 11.530, DE        |                                                                      | AS PROVÍ     |
|                | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINA       | LEI N. 14.886, 11.6.2024 | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS        |              |
|                | INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL           | LEI N. 8.316, 22.9.2020  | INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS          |              |
|                | INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO          | DECRETO N. 57.008, DE    | INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PEI     | STADO DE     |
|                | INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALE       | LEI N. 9.712, 7.11.2025  | INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO     | AS.          |
|                | INSTITUI O PROGRAMA SELLVOTO IMPORTA         | RESOLUÇÃO                | INSTITUI O PROGRAMA SELLVOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E DE    | GARANTIR     |
|                | INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE AL        | LEI N. 8.687, 21.6.2022  | INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNID      | DA REDE F    |
|                | INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO           | PORTARIA M               | INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉ             | EGURANÇ      |
|                | INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SER     | LEI N. 5.247, 26.7.1991  | INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS DO E  | AS AUT       |
|                | INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTR       | PORTARIA N               | INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇ      | DE DASE      |
|                | INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO P        | DECRETO N. 4.125, DE     | INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADOR         | O, E DÁ O    |
|                | INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBIT     | LEI N. 9.174, 19.3.2024  | INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E D   | NCIAS - CO   |
|                | INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COM       | LEI N. 9.612, 19.2.1998  | INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVID    |              |
|                | INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO DE ALAGOAS | LEI N. 6.236, 6.6.2001   | INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS                  |              |
|                | INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORM      | DECRETO N. 58.688, DE    | INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA OF   | MENTO DO     |
|                | INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO D      | DECRETO N. 4.136, DE     | INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBIT    | EVOT E 57    |
|                | INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS     | LEI N. 11.343, 23.8.2006 | INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SI  | MEDIDAS F    |
|                | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTA       | LEI N. 14.370, 15.6.2022 | INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CÍVIL VOLUNT    | RTAS ABE     |
|                | INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEF          | LEI N. 9.296, 24.7.1996  | REGULAMENTA O INCISO XII PARTE FINAL DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO EF   | ÇÃO DE C     |
|                | ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGI         | LEI N. 8.390, 10.3.2021  | DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGI      | ENTOS DA     |
|                | JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS        | LEI N. 9.099, 26.9.1995  | DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS P  |              |
|                | JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA     | LEI N. 10.259, 12.7.2001 | DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS | TIÇA FEDE    |



# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                    | Epigrafe                    | Ementa                                                                   | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | LEI DA ACESSIBILIDADE                                                      | LEI N. 10.098, DE           | ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO D           | AS PESSO     |
|                | LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS                                               | DECRETO<br>LEI N. 3.688     | LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS                                             |              |
|                | LEI DE ACESSO À INFORMACÃO                                                 | LEI Nº 12.527               | LEI DE ACESSO À INFORMACÃO - REGULA O ACESSO A INFORMACÕES PREV          | II DO ART.   |
|                | LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS                              | LEI N. 14.133, DE 14.2021   | LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS                            |              |
|                | LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS      | LEI N. 6.514, DE 23.9.2004  | DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS      | TIVA DA P    |
|                | LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS      | LEI N. 6.544, DE            | DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLDADOS      | BTENENTE     |
|                | LEI DO SERVIÇO MILITAR                                                     | LEI N. 4.375, DE 17.8.1964  | LEI DO SERVIÇO MILITAR                                                   |              |
|                | LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD                             | LEI N. 13.709, DE 14.8.2018 | LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD                           |              |
|                | LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA     | LEI N. 11.340, DE 7.8.2006  | LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA   | NTRA A MU    |
|                | LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO                                       | LEI N. 7.203, DE            | ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES QUE       | NHO DE M     |
|                | LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)                                  | DECRETO N. 29.342, DE       | REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15          | 8.666, DE 2  |
|                | LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE       | LEI N. 11.334, DE 25.7.2006 | DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI | SITO BRAS    |
|                | LUTO OFICIAL                                                               | DECRETO N. 43.948, DE       | DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DOS MILITARES DO E        | S Maj. BM    |
|                | MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD | MANUAL<br>LGPD PGF/AL       | MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂM         | ÇÃO PÚBL     |
|                | MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO | MANUAL DE CAMPANHA          | MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BR       | 10.375 - C   |
|                | MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMPENHO                                | PORTARIA Nº                 | APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C-22-6 - INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMPENHO   | S E DÁ OUT   |
|                | MANUAL DE ORDEM UNIDA                                                      | PORTARIA Nº                 | APROVA O MANUAL DE CAMPANHA FR70-MC-10.308 - ORDEM UNIDA - 4ª EDI        | RAS PROV     |
|                | MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - LGPD                              | MANUAL<br>LGPD              | MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 202          |              |
|                | MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014                                            | MATRIZ CURRICULAR           | MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PRO          | DE SEGU      |
|                | MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)                                               | LEI N. 6.416, DE 7.11.2003  | DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978    | OMINAÇÃO     |
|                | MEDALHA (INSTITUIÇÃO)                                                      | LEI N. 5.145, DE 5.7.1990   | INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A "MEDALHA DO MÉR       | OLICIAL M    |
|                | MEDALHA (OUTORGA)                                                          | DECRETO N. 24.605, DE       | OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUM         | S AUTORID    |
|                | MEDALHA (OUTORGA)                                                          | DECRETO N. 6.579, DE        | OUTORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL"                                   |              |
|                | MEDALHA (OUTORGA)                                                          | DECRETO N. 49.938, DE       | OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUM         | S AUTORID    |
|                | MEDALHA (OUTORGA)                                                          | DECRETO N. 15.360, DE       | OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR &quot       | ES".         |
|                | MEDALHA (OUTORGA)                                                          | DECRETO N. 9.054, DE        | OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR         |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                      | Epigrafe                 | Ementa                                                                    | Link Externo |
|----------------|----------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | MEDALHA (OUTORGA)                            | DECRETO N. 43.936 DE     | OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ES        |              |
|                | MEDALHA (OUTORGA)                            | DECRETO N. 45.245 DE     | OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR          |              |
|                | MEDALHA (OUTORGA)                            | DECRETO N. 41.430 DE     | OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBE        | AUTORID      |
|                | MEDALHA (OUTORGA)                            | DECRETO N. 47.005 DE     | RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA                                             |              |
|                | MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI) | LEI N. 6.804, 14.2.2007  | INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL M       | ELHO PER     |
|                | MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACION        | DECRETO N. 69.705 DE     | ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA            | O ESTADO     |
|                | MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG          | LEI N. 13.979, 6.2.2020  | DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA            | PORTÂNC      |
|                | MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG          | DECRETO N. 69.501 DE     | DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA            | PORTÂNC      |
|                | MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE         | LEI N. 7.810, 30.8.2016  | INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS - MEIA-ENTE         | CULTURAIS    |
|                | MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI        | LEI DELEGADA             | DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT          | ALAGOAS      |
|                | MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI        | LEI DELEGADA             | DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT          | ALAGOAS      |
|                | MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI        | LEI DELEGADA             | INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO          | , E DÁ OUT   |
|                | MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)             | DECRETO N. 37.372 DE     | ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MO       | FICIAIS E P  |
|                | NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLI       | LEI N. 9.527, DE         | ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 17.09.1992 | 54, E DÁ C   |
|                | NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS C       | LEI N. 12.598, 21.3.2012 | ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E            | TO DE PR     |
|                | NORMAS PARA AS ELEIÇÕES                      | LEI N. 9.504, 30.9.1997  | ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES                                        |              |
|                | NOVO VALOR DE MULTAS                         | LEI N. 13.281, 4.5.2016  | ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - E A | 07.2015 - M  |
|                | INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA       | DECRETO N. 11.831 DE     | INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXT          |              |
|                | INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOZE UM       | LEI N. 8.969, 20.9.2023  | INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOZE UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAG          | PROVIDÊN     |
|                | NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA         | DECRETO N. 28.407 DE     | DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COM          | CONTRA A     |
|                | NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA         | DECRETO N. 28.537 DE     | DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E CO            | CONTRA       |
|                | ORRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVA      | LEI N. 8.299, 20.8.2020  | ORRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, NO ÂMBITO DO        | DA, DE EXE   |
|                | ORRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E        | LEI N. 8.573, 4.1.2022   | ORRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALA           | SIRLATOAS    |
|                | ORCAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTUR          | LEI N. 7.054, 17.6.2009  | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORCAMENTO VIGENTE CRÉDITO           | R DA POL     |
|                | ORCAMENTO (DIRETRIZES PARA EL ORCAME         | LEI N. 7.805, 21.6.2016  | DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI          | UAL DE 20    |
|                | ORCAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DE      | LEI N. 7.799, 6.4.2016   | ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE         | DE 2016.     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                    | Epigrafe                                                          | Ementa                                                                     | Link Externo |
|----------------|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL)               | LEI N. 7.798, 6.4.2016                                            | DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019. NOS           | 6, § 1º, DA  |
|                | ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1   | LEI N. 7.816, 19.9.2016                                           | ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO      | CAPÍTULO     |
|                | ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA   | LEI N. 8.342, DE                                                  | DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA          | AGOAS, A     |
|                | ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL | RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL | RECOMENDACÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL          | QUANTO A     |
|                | PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR       | LEI N. 13.954, DE                                                 | ALTERA A LEI Nº 6.880 DE 09.12.1980 (Estatuto dos Militares) A LEI Nº 3    | LEI Nº 4.3   |
|                | PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTÍSTICO) | LEI N. 7.355, 29.5.2012                                           | CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS        | STÓRICO,     |
|                | PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA RE     | LEI Nº 13.767, 16.4.2021                                          | ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT APRO          | O-LEI Nº 5   |
|                | PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PA     | LEI N. 14.138, 16.4.2021                                          | ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560 DE 29.12.1992 PARA PERMIT     | DE PAVE      |
|                | PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INOV     | LEI N. 7.117, DE                                                  | DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA À INO          | ÃO DA PRO    |
|                | PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO  | DECRETO Nº                                                        | INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO D           | DAS, E DÁ    |
|                | POLÍTICA FLORESTAL                         | LEI N. 5.854, DE                                                  | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS                     |              |
|                | POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS     | LEI N. 8.159, 8.1.1991                                            | DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS           | DÊNCIAS.     |
|                | PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGOAS           | PORTARIA Nº                                                       | PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA - COMISSÃO IN                 | PORTARIA     |
|                | PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN        | PORTARIA Nº                                                       | PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20 DE 03.08.2022 - APROVA           | ATENDIME     |
|                | PORTARIA MEC Nº 70 DE 24 DE JANEIRO DE 2   | PORTARIA Nº                                                       | ALTERA A PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARÇO DE 2019 QUE DISPÕE SO          | REGISTRO     |
|                | PORTARIA Nº 330-MEC - DISPÕE SOBRE A EM    | PORTARIA Nº                                                       | DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITU          | UPERIOR      |
|                | PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020    | PORTARIA Nº                                                       | PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZACÃO        | EDUCACÃO     |
|                | PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020    | PORTARIA Nº                                                       | PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZACÃO        | DESENVOL     |
|                | PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020    | PORTARIA Nº                                                       | PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZACÃO        | DESENVOL     |
|                | PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EM  | PORTARIA Nº                                                       | DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR            | S INSTITU    |
|                | PORTARIA/SEMIUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO    | RESOLUÇÃO                                                         | PORTARIA/SEMIUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMIUDH - DESIGN     | SADOS        |
|                | POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENC     | LEI Nº 13.994, 13.12.2015                                         | ALTERA A LEI Nº 9.099 DE 26.09.1995 PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO P  | ITO DOS J    |
|                | POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRA      | LEI N. 13.495, DE                                                 | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO      | PERSONA      |
|                | PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNC      | LEI N. 13.104, 9.3.2015                                           | ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)     | EMINICÍDIO   |
|                | PREVIDÊNCIA                                | LEI N. 4.994, 7.6.1988                                            | ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 E DÁ OUTRAS PRO     | da em 8.6.1  |
|                | PREVIDÊNCIA                                | LEI N. 5.009, 7.7.1988                                            | INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publica | ogada pela   |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                                                                                 | Epigrafe                         | Ementa                                                                                                                                                                     | Link Externo |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | PREVIDÊNCIA                                                                                                                             | LEI N. 4.868, DE 13.11.1996      | DÁ NOVA REDAÇÃO À DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE                                                                                                      |              |
|                | PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA)                                            | LEI N. 5.819, DE 13.11.1996      | ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA                                                                                             |              |
|                | PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE PAGAMENTOS)                                                                                       | LEI N. 6.674, DE 4.1.2006        | AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA                                                                                              |              |
|                | PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS)                                                                | LEI N. 4.517, DE 30.5.1984       | CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS                                                                                                          |              |
|                | PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO) | LEI N. 6.584, DE 29.3.2005       | CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO                                                  |              |
|                | PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO)                                                                                           | LEI N. 6.585, DE 29.3.2005       | CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS                                                                                                |              |
|                | PREVIDÊNCIA (DEFINI O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)                                                  | LEI N. 4.789, DE 19.6.1986       | DEFINI O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS                                                                                                   |              |
|                | PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO)                                                       | LEI N. 6.288, DE 28.3.2002       | DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO                                                                                         |              |
|                | PREVIDÊNCIA (INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)                                                          | LEI N. 7.114, DE 5.11.2009       | INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS                                                                                                           |              |
|                | PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)                                                   | LEI N. 7.751, DE 9.10.2015       | DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS                                                                                     |              |
|                | PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)                                | DECRETO N. 68.852, DE 19.10.2015 | REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS                                                                               |              |
|                | PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL                                                                            | DECRETO N. 68.852, DE 19.10.2015 | DISPÕE SOBRE A REGRAS DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL                                                                                                           |              |
|                | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022                                                                                                  | RECOMENDADO                      | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00000794-2 - RECOMENDADO                                                                                                            |              |
|                | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2026                                                                                                  | RECOMENDADO                      | PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2026.00000794-2 - RECOMENDADO                                                                                                            |              |
|                | PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE FUMACEDOR                                                          | LEI N. 8.577, DE 19.1.2022       | RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, A PROIBIÇÃO DE FABRICAÇÃO, POSSE, COMERCIALIZAÇÃO E USO DE LINHAS DE FUMACEDOR |              |
|                | PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE                                                                         | LEI N. 8.159, DE 25.9.2019       | PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE FUMACEDOR                                                                                             |              |
|                | PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE                                                                         | LEI N. 8.233, DE 10.1.2020       | PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE                                                                                                            |              |
|                | PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO                                                               | DECRETO N. 10.513, DE 10.1.2020  | PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO                                                                                                  |              |
|                | PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCULANTES                                                                                           | DECRETO N. 10.513, DE 10.1.2020  | PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCULANTES                                                                                                                              |              |
|                | PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCULANTES                                                                             | LEI N. 7.173, DE 7.7.2010        | REGULAMENTA A LEI Nº 7.173, DE 7 DE JULHO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCULANTES                                          |              |
|                | PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES                                                                    | PORTARIA Nº 1.000, DE 10.1.2020  | PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES                                                                                                       |              |
|                | PROMOÇÃO (CAROS E SOLDADOS)                                                                                                             | LEI N. 6.211, DE 19.4.2001       | PROMOÇÃO (CAROS E SOLDADOS)                                                                                                                                                |              |
|                | PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO                                                                                       | LEI N. 8.184, DE 19.4.2001       | DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS                                                                                                |              |
|                | PROMOÇÃO (OFICIAIS)                                                                                                                     | LEI N. 6.232, DE 19.4.2001       | ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS MILITARES                               |              |
|                | PROMOÇÃO (OFICIAIS)                                                                                                                     | LEI N. 4.345, DE 7.5.1982        | ATRIBUI NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1982                                                                                                   |              |
|                | PROMOÇÃO (OFICIAIS E PRAÇAS)                                                                                                            | LEI N. 7.656, DE 10.9.2014       | DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS MILITARES E PRAÇAS                                                                                     |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                               | Epigrafe                    | Ementa                                                                 | Link Externo |
|----------------|---------------------------------------|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)      | LEI N. 4.837, DE            | DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL M       |              |
|                | PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)      | LEI N. 5.881, DE            | ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986     |              |
|                | PROMOÇÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)   | LEI N. 6.120, DE            | AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR      |              |
|                | PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME C  | DECRETO N. 11.491 DE        | PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELO R         |              |
|                | PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CO  | DECRETO N. 10.984 DE        | PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA           |              |
|                | PROPAGANDA ELEITORAL                  | RESOLUÇÃO                   | DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL, UTILIZAÇÃO E GERAÇÃO DO HOR         |              |
|                | PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7 | LEI N. 8.960, DE 14.9.2023  | PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 20      |              |
|                | PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EX  | DECRETO N. 10.919 DE        | PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS          |              |
|                | PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN   | DECRETO N. 70.066 DE        | DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA           |              |
|                | PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN   | DECRETO N. 69.624 DE        | DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA           |              |
|                | PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN   | DECRETO N. 69.577 DE        | DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA           |              |
|                | PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN   | DECRETO N. 69.935 DE        | DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA           |              |
|                | PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN   | DECRETO N. 69.700 DE        | DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA           |              |
|                | PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN   | DECRETO N. 69.722 DE        | DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA           |              |
|                | PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN   | DECRETO N. 69.844 DE        | DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO D          |              |
|                | PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO D   | PORTARIA Nº                 | PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS           |              |
|                | QUADRO DE PESSOAL (QOA, QOE)          | LEI N. 6.333, DE 22.7.2002  | ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI EST |              |
|                | QUADRO ORGANIZACIONAL                 | DECRETO N. 1.406 DE         | APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D        |              |
|                | QUADRO ORGANIZACIONAL                 | DECRETO N. 4.222 DE         | MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO        |              |
|                | RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADM  | LEI N. 13.726, DE 8.10.2018 | RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES D         |              |
|                | REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROV | LEI N. 4.125, DE 26.3.1980  | REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO E         |              |
|                | REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROV | LEI N. 4.214, DE 5.12.1980  | REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T         |              |
|                | REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS  | LEI N. 7.474, DE 22.5.2013  | DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDO        |              |
|                | RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LI   | RECOMENDA                   | RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DO          |              |
|                | RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATR  | LEI N. 8.976, DE 20.9.2023  | RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL, IMATERIAL E       |              |
|                | RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO   | LEI N. 14.720, DE 7.11.2023 | RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL                |              |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                   | Epigrafe                | Ementa                                                                | Link Externo |
|----------------|-------------------------------------------|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA F     | LEI N. 7.751,           | REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVI        | SEUADOR      |
|                | REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA    | LEI N. 3.398, 13.9.1974 | REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO      | ALAGOAS      |
|                | REGÊNCIA DE CLASSE                        | LEI N. 6.654, DE        | ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469 DE 19 DE ABRIL DE  | OBRE O E     |
|                | REGÊNCIA DE CLASSE                        | LEI N. 6.469, 19.4.2004 | DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NO      | OS DE ENS    |
|                | REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR        | LEI COMPLEMEN           | INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTAI      | IXA O LIM    |
|                | REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS IN      | LEI N. 8.545, DE        | REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS ORI        | ZADAS NO     |
|                | REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIM     | LEI N. 11.265, 3.1.2006 | REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CE        | CONFRICA     |
|                | REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENF      | DECRETO Nº              | ALTERA O DECRETO Nº 4.550 DE 27.12.2002 QUE REGULAMENTA A COMERC      | GA ELÉTR     |
|                | REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUN     | PORTARIA Nº             | REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS T         | PM.          |
|                | REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO     | DECRETO N. 4.077 DE     | REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTAD       | À OUTRAS     |
|                | REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO     | DECRETO N. 4.076 DE     | REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVI       | TIVO E DÁ    |
|                | REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E       | DECRETO N. 7.174 DE     | REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E A       | DMINISTRA    |
|                | REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO    | DECRETO N. 4.049 DE     | REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO DE 2008 QUE INSTITUI O PORTA   | AS E ONSP    |
|                | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE    | DECRETO N. 25.212 DE    | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE 3 DE ABRIL DE 2012 QUE ESTAB   | ESTABACA     |
|                | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE    | DECRETO N. 76.651 DE    | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE     | AMA BOLS     |
|                | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875 DE    | DECRETO N. 95.600 DE    | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875 DE 16 DE JUNHO DE 2023 QUE DIS    | À CAPAC      |
|                | REGULAMENTA A LEI N. 10.826 DE 22.12.2003 | DECRETO N. 9.847 DE     | REGULAMENTA A LEI N. 10.826 DE 22.12.2003 PARA DISPOR SOBRE A AQUISI  | O REGIST     |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZ  | DECRETO N. 11.615 DE    | REGULAMENTA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 PARA ESTABE     | OCEROME      |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24.10.2007 | DECRETO N. 11.436 DE    | REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24.10.2007 PARA ESTABELECE             | RÚBEXCO      |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013 | DECRETO N. 11.129 DE    | REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013 QUE DISPÕE SOBRE A RESPON   | DESTRASV     |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABR  | DECRETO N. 8.771 DE     | REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014 PARA TRATAR DAS H  | AS DEBIS     |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZ  | DECRETO N. 12.341 DE    | REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 PARA DISCIPLI   | DAPELOS      |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 | DECRETO N. 11.002 DE    | REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22 | PARADIS      |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 | DECRETO N. 10.989 DE    | REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE  | MOÇÃO DA     |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982  | DECRETO N. 5.169 DE     | REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982 QUE DISPÕE SOBRE AS PROMO    | DA ATIVA     |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOV   | DECRETO Nº              | REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003 QUE INSTITUI     | EMDÁ DURI    |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                | Epigrafe                   | Ementa                                                                 | Link Externo |
|----------------|--------------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999               | DECRETO N. 3.182 DE        | REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999 QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO     | LEI E D      |
|                | REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000               | DECRETO N. 11.004 DE       | REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000 QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV  | SERVIÇOS     |
|                | REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 | DECRETO N. 11.439 DE       | REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 QUE DISPÕE      | A MINHA C    |
|                | REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO                  | DECRETO N. 1.424 DE        | REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA          | FORMAÇÃO     |
|                | REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA                     | LEI N. 12.468 DE           | REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA ALTERA A LEI Nº 6.094 DE 30 DE A    | Á OUTRAS     |
|                | REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS                   | DECRETO N. 101.743 DE      | REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SU        | PRESTAÇÃO    |
|                | REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE                 | DECRETO N. 5.296 DE        | REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 QUE DÁ         | DEZEMBRO     |
|                | REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A C                   | DECRETO N. 5.163 DE        | REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE CONCES           | PARA PSÓ     |
|                | REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº                | DECRETO N. 9.489 DE        | REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA      | MAS ESTE     |
|                | REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXEC                    | DECRETO N. 48.326 DE       | REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LEI FEDER          | ÇÃO GOSTO    |
|                | REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9              | DECRETO N. 11.008 DE       | REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PARA ESTAB | ÇÃO DE BA    |
|                | REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONST                | LEI N. 11.350 DE 5.10.2006 | REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DISPÕE SOBRE O APR      | ASSONDA      |
|                | REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23                  | PORTARIA Nº                | REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 E ESTAB      | SUBSEPO      |
|                | REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815                | DECRETO Nº                 | REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DEMAIS DIS  | QUE REGUL    |
|                | REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE                    | DECRETO N. 12.373 DE       | REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA FUNDAÇÃO NACIONA        | ENAS.        |
|                | REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGU                   | DECRETO N. 4.127 DE        | REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE         | P, DE QUE    |
|                | REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO                   | DECRETO Nº                 | REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E        | ERVIDORE     |
|                | REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL                   | DECRETO N. 6.444 DE        | REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL PREVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PR        |              |
|                | REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REG                  | DECRETO N. 57.140 DE       | REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCI         | O DE ALAG    |
|                | REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSA                    | DECRETO N. 10.990 DE       | REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURS          | FEITA U20    |
|                | REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRAS                   | DECRETO N. 10.880 DE       | REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA P      | DE 09.08.    |
|                | REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRAS                    | DECRETO Nº                 | REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA PR      | 21.          |
|                | REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA                   | DECRETO N. 12.064 DE       | REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELO A LEI Nº 14.601   | E 2023, E D  |
|                | REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE                     | DECRETO Nº                 | REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇ        | NOIS DE      |
|                | REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS                   | DECRETO N. 1.054 DE        | REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇ          | AL DIRETA    |
|                | REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO                 | DECRETO N. 35.718 DE       | REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTR      | SIDPOM (F    |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                                      | Epigrafe                | Ementa                                                                         | Link Externo |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS                                         | DECRETO N. 2.356 DE     | APROVA O REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA                   | ITAR E D     |
|                | REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS             | DECRETO N. 57.262 DE    | ALTERA O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS      | ADO PELO     |
|                | REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO                         | DECRETO N. 57.262 DE    | DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO            | O DE ALAG    |
|                | REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS              | DECRETO N. 26.6.2000    | REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS                |              |
|                | REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA          | LEI N. 6.161, 26.6.2000 | REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA            |              |
|                | RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA ENQUADRAMENTO | LEI N. 8.609, 22.2.2022 | RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA ENQUADRAMENTO   | OS NERTA     |
|                | REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES          | DECRETO-LEI N. 5.483 DE | REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES            | OS TERRI     |
|                | REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES             | DECRETO N. 11.611 DE    | REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES               | ADO DE A     |
|                | RESPONSABILIDADE FISCAL                                                      | LEI N. 6.821, 13.7.2007 | ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL | ÃO FISCAL    |
|                | RESTRICÇÃO DE HORÁRIO                                                        | LEI N. 6.821, 13.7.2007 | AUTORIZA A RESTRICÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS          | E DE COME    |
|                | RESTRICÇÃO DE HORÁRIO                                                        | LEI N. 6.926, 12.5.2008 | ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 6.821 DE 13 DE JULHO DE 2007 QUE AUTORIZA A         | ÁRIO DE E    |
|                | REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023                      | LEI N. 9.047, 8.11.2023 | REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE             | ÇÃO INCA     |
|                | REVOGAÇÃO DE LEIS                                                            | LEI N. 8.325, 5.11.2020 | REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994 A LEI ESTADUAL           | GOSTO DE     |
|                | REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019                                     | DECRETO N. 11.611 DE    | REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019 QUE INSTITUI O PROGRAMA N             | AS CÍVICO    |
|                | RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO)                               | LEI N. 6.651, DE        | DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO                | ADUAIS E     |
|                | SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (INTERNO)                              | DECRETO N. 5.483 DE     | DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA             | AGOAS, E     |
|                | SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS                                    | DECRETO N. 37.611 DE    | DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADOTA               | NCIAS.       |
|                | SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES                                     | DECRETO N. 23.617 DE    | ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700 DE 4 DE NOVEMBRO DE              | OBRE A CO    |
|                | SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES                                     | DECRETO N. 8.700 DE     | DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES           | NA, E DÁ     |
|                | SEGURANÇA PESSOAL (EX-GOVERNADORES)                                          | LEI N. 6.063, DE        | DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ES                  | NTES GER     |
|                | SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO E                                       | LEI N. 6.451, 7.1.2004  | INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTAÇÃO VOLUNTÁRIA        | S ADMINI     |
|                | SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)                                        | DECRETO N. 25.649 DE    | INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM                |              |
|                | SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)                                        | LEI N. 7.389, 26.7.2012 | DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FUTURA                  | FÔNICOS,     |
|                | SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR                                    | LEI N. 5.445, 18.1.1993 | INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO    | MILITAR SI   |
|                | SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR                                           | LEI N. 5.884, 2.12.1996 | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA DE ENSINO POLICIAL          | VIDÊNCIA     |
|                | SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR                                           | LEI N. 5.712, 1.7.1995  | ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332, DE 10 DE ABRIL DE 1992, E ADOTA O         | S.           |



# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                                      | Epigrafe                | Ementa                                                                 | Link Externo |
|----------------|--------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR                           | LEI N. 5.332, 10.4.1992 | INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSINO   | E DÁ OUT     |
|                | SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL                             | LEI N. 6.171, 31.7.2000 | DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E       | ÊNCIAS.      |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTUAL)                      | LEI N. 5.151, 18.9.1990 | EIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL MILIT     | CIAS CORP    |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDO E VENCIMENTOS)             | LEI N. 5.207, 7.3.1991  | ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130, DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUT |              |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDO E VENCIMENTOS)             | LEI N. 5.130, 19.4.1990 | ALTERA, ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421, DE 20 DE DEZEM  | DE 16 DE     |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)                        | LEI N. 6.715, 4.4.2006  | EIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES      | DO ESTA      |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)                        | LEI N. 8.238, 10.1.2020 | DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES D       | DO CORPO     |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)                        | LEI N. 6.698, 27.3.2006 | EIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES D      | O ESTADO     |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)                        | LEI N. 7.580, 7.2.2014  | EIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO    | ROS MILIT    |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)                        | LEI N. 6.824, 13.7.2007 | DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA        | ADUAIS, IN   |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)                     | LEI N. 4.956, DE        | EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVID         | de 16.12.19  |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)                     | LEI N. 5.680, 8.2.1995  | EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO           | RAL DA PO    |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRATIFICAÇÃO)                | LEI N. 5.138, 29.5.1990 | REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SE        | MILITARES    |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRATIFICAÇÃO)                | LEI N. 5.152, 18.9.1990 | REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SE        | LITARES E    |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA PROVENTOS)                   | LEI N. 5.624, 26.5.1994 | REALISTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLI       | ARES DA A    |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA SUBSÍDIO)                    | LEI N. 6.591, 8.4.2005  | REALISTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRAN       | TAR DO ES    |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS) | LEI N. 7.253, 22.6.2011 | DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVID         | S E MILIT    |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE SOLDOS E VENCIMENTOS)        | LEI N. 5.162, DE        | REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CIVIS       | TIVO E DO    |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL ANUAL)                  | LEI N. 7.727, 8.9.2015  | DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS         | BLICOS D     |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDO, SUBSÍDIO E VENCIMENTOS)        | LEI N. 6.385, 23.7.2003 | EIXA O SOLDO DE CORONEL PM, ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO         | PIO PARA     |
|                | SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DE FUNÇÃO)                   | LEI N. 6.456, 20.1.2004 | EIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMB      | STADO DE     |
|                | SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS                  | DECRETO N. 69.541 DE    | DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIF       | RA ENFRE     |
|                | SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE                       | LEI N. 13.869, 5.9.2019 | DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE; ALTERA A LEI Nº 7.96    | RO DE 19     |
|                | SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODO REMOTO  | PORTARIA Nº             | DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M       | ANTO DUR     |
|                | TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS)        | LEI N. 6.009, 23.4.1998 | INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E    | ÊNCIAS.      |
|                | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS)        | LEI N. 7.131, 2.12.2009 | DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE, TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚ        | RES LIGA     |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                 | Epigrafe                 | Ementa                                                                | Link Externo |
|----------------|-----------------------------------------|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE C  | LEI N. 7.522, DE         | TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO       | AGEM LO      |
|                | TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO S    | LEI N. 14.289, 31/2022   | TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P       | MINISTÉRI    |
|                | TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAM  | LEI N. 15.094, DE        | TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENT     | CASOS OS     |
|                | TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS    | LEI N. 13.290, 23.5.2016 | TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESO DUR         | TRAS PRO     |
|                | TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA   | LEI N. 12.687, 18.7.2012 | ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116 DE 29.08.1983 PARA TORNAR GRATUIT  | RTEIRA DE    |
|                | TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA     | DECRETO N. 15.877 DE     | INSTITUI REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA         | PÚBLICO      |
|                | TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N | PORTARIA N               | DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAC     | O BANCÁR     |
|                | TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N | MENSAGEM                 | VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE &quot;ALTERA A LEI Nº | 19 DE MAI    |
|                | TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO   | NP Nº 133846             | TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚ       | MINISTÉRI    |
|                | TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO     | OFÍCIO Nº 42             | TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA       | VISITAS S    |
|                | TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO | NP Nº 357526             | TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDACÃO   | O UNIFORM    |
|                | TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍ    | LEI N. 6.050, 2.7.1998   | TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E       | ZAÇÃO AM     |
|                | TRANSEORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO C  | LEI N. 8.550, DE         | TRANSEORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR      | ÇÃO DE ME    |
|                | TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODE     | LEI N. 15.352, DE        | TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL - ALTER        | DESSO        |
|                | TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICA   | LEI N. 8.608, 22.2.2022  | TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM       | BAÇO INT     |
|                | UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)            | LEI N. 7.108, 8.10.2009  | DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V       | IO DISTINT   |
|                | UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇ   | LEI Nº 6.414             | UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FISIOTERAPIA DE ALAGO      |              |
|                | UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)      | LEI N. 6.481, 31.5.2004  | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES    | SOMAL E A    |
|                | UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)      | LEI N. 5.880, DE         | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBT       | ITOS DA P    |
|                | UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)      | LEI N. 5.750, DE         | CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADO      | R E CORP     |
|                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX  | PORTARIA N               | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HO     |              |
|                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX  | PORTARIA N               | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE C    |              |
|                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX  | PORTARIA N               | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REC    | A DE AUT     |
|                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX  | PORTARIA N               | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDE     |              |
|                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX  | PORTARIA N               | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HC    | ALA          |
|                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX  | PORTARIA N               | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CEI   | OLO          |

# Relatório de Grade

Seção de Informática

| Baixar Arquivo | Assunto                                    | Epigrafe                   | Ementa                                                                 | Link Externo |
|----------------|--------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------|
|                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX     | PORTARIA Nº                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E ÚNIB     |              |
|                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX     | PORTARIA Nº                | VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE      | RES.         |
|                | VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE          | LEI N. 7.116,<br>29.8.1983 | ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU        | OUTRAS PR    |
|                | VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM CO       | LEI N. 8.135,<br>7.8.2019  | VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEACÃO           | PESSOAS      |
|                | VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLI      | LEI Nº 8.113               | DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CO         | ALCOÓLIC     |
|                | VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH      | DECRETO N.<br>17.760 DE    | REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 DISP     | SSÃO DE      |
|                | VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH      | LEI N. 7.550,<br>DE        | ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011    | A CONCE      |
|                | VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH      | LEI N. 7.398,<br>3.8.2012  | ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 QUE | ONCESSÃO     |
|                | VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA     | LEI N. 6.274,<br>5.10.2001 | DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 197    | LEI Nº 5.402 |
|                | VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAM      | LEI N. 7.335,<br>3.4.2012  | ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INS         | ACITAÇÃO     |
|                | VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVIC     | LEI N. 7.581,<br>7.2.2014  | DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POL         | ORPO DE      |
|                | VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA      | DECRETO N.<br>30.018 DE    | DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORE         | TADO DE A    |
|                | VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA      | DECRETO N.<br>30.019 DE    | DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AC        | TARES DO     |
|                | VISA POSSIBILITAR A JUNCÃO DE MATRÍCULA DE | LEI N. 8.328,<br>DE        | VISA POSSIBILITAR A JUNCÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS      | VIDÊNCIA     |